

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MAYKON DOUGLAS SINHORIN

**FALSIFICAÇÃO NO MEIO CIRCULANTE. ESTUDO DAS APREENSÕES FEITAS
PELAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS DE SANTA
CATARINA (2007-08)**

FLORIANÓPOLIS

2009

MAYKON DOUGLAS SINHORIN

**FALSIFICAÇÃO NO MEIO CIRCULANTE. ESTUDO DAS APREENSÕES FEITAS
PELAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS DE SANTA
CATARINA (2007-08)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Darci Schnorrenberger

**FLORIANÓPOLIS
2009**

MAYKON DOUGLAS SINHORIN

**FALSIFICAÇÃO NO MEIO CIRCULANTE. ESTUDO DAS APREENSÕES FEITAS
PELAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS DE SANTA
CATARINA (2007-08)**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de....., atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo:

Florianópolis, 18 de Novembro de 2009.

Profª. Dra. Valdirene Gasparetto

Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Professor Dr. Darci Schnorrenberger (Orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Dr. Ari Ferreira de Abreu
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Mestre Erves Ducati
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

FLORIANÓPOLIS
2009

Dedico este trabalho a minha família e amigos, em especial à minha mãe Joçana, pois sem ela este objetivo de minha vida não seria alcançado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por ter me guiado pelo caminho do bem, fazendo com que eu não desistisse de meus sonhos.

Ao meu orientador, professor Darci Schnorrenberger, por acreditar, neste trabalho e com sua dedicação e esforço fez com que pudéssemos alcançar nossos objetivos.

À minha mãe, Joçana, por me dar todas as oportunidades, por ter suprido a falta de meu pai e por ser meu exemplo de honestidade, esforço, superação e dedicação em todos estes anos, principalmente porque me ensinou os verdadeiros valores da vida.

À minha avó, Rosalina, por mostrar “o que é certo” e ser o meu alicerce moral.

À minha segunda família, Tia Carla e Alfonso, a quem agradeço pelos anos de convivência, por estarem sempre ao meu lado, pelo incentivo quando estive ausente, e por compartilhar os momentos de superação e alegria.

A meu amigo Jony Ilson da Silva, por ser um exemplo de garra e dedicação, que mesmo longe sempre incentivou para que eu não desistisse nunca.

A todos os meus amigos de faculdade em especial a Luana, Pedra, Michael, Anderson, José Carlos, Ana Carla, Fabricio, Bruna, Ismael, Brenda, dentre outros que foram essenciais para que o objetivo fosse atingido.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado.

"Seja verdadeiro consigo mesmo e não seja falso com os outros".

Francis Bacon

RESUMO

SINHORIN, Maykon Douglas. **Falsificação no meio circulante. Estudo das apreensões feitas pelas principais instituições financeiras públicas de Santa Catarina (2007-08)**. 88 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Orientador: Professor Dr. Darci Schnorrenberger

A globalização econômica, o crescimento das tecnologias e a expectativa incomensurada de ganho fácil são fatores que contribuem para ocorrência de fraudes, entre elas, a falsificação no meio circulante. O presente trabalho tem como objetivo identificar o volume da falsificação de dinheiro apreendido no Estado de Santa Catarina nos anos de 2007 e 2008. Buscou-se demonstrar a relação existente entre o meio circulante e a falsificação; identificar os órgãos responsáveis pela inibição à falsificação e o papel de cada um deles; identificar os volumes de moeda falsificada por região; e analisar a evolução da falsificação de moeda em Santa Catarina nos últimos dois anos. Esta pesquisa de caráter descritivo fez uso da abordagem quantitativa e utilizou a análise do levantamento para interpretação das regiões analisadas. Para chegar aos valores relativos ao montante do prejuízo no Estado, foram coletados dados referentes a 18.992 cédulas apreendidas pelas instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco do Brasil BESC e Caixa Econômica Federal, que representam 61,40% das agências bancárias de SC. Após a coleta, os dados foram distribuídos em oito regiões, com isso foi possível traçar um mapa da falsificação por região de Santa Catarina. Dentre os resultados, constatou-se sob a ótica dos prejudicados efetivos que a Pessoa Física foi a maior prejudicada pelas retenções do dinheiro falso (51,19%); A Grande Florianópolis foi a região com maior prejuízo nas falsificações com 25,99% do total; Oeste detém 25,94% dos municípios Catarinenses, porém foi a segunda região com o menor índice de prejuízo. Conclui-se ao analisar as regiões, que o fluxo de pessoas influencia na quantidade de apreensões realizadas pelas instituições financeiras. Eventos como: festas de outubro, inverno na serra catarinense, festa do pinhão, carnaval e verão, são atrativos para os falsificadores injetarem as cédulas na economia.

Palavras-chave: Real. Falsificação. Regiões mais afetadas com as apreensões.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Falsificação no Oeste x Prejudicados	43
Gráfico 2: Falsificação no Meio-Oeste x Prejudicados	45
Gráfico 3: Falsificação na Região de Joinville x Prejudicados	47
Gráfico 4: Falsificação no Vale do Itajaí x Prejudicados	48
Gráfico 5: Falsificação na Região de Itajaí x Prejudicados	50
Gráfico 6: Falsificação na Grande Florianópolis x Prejudicados	52
Gráfico 7: Falsificação na Serra Catarinense x Prejudicados.....	54
Gráfico 8: Falsificação no Litoral Sul x Prejudicados.....	56
Gráfico 9: Os maiores prejudicados no Estado – 2007 e 2008.....	60
Gráfico 10: Regiões x Prejuízos	61
Gráfico 11: Variação mensal	63
Gráfico 12: A falsificação por Região de Santa Catarina.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Amostra instituições financeiras por região	18
Quadro 2: Regiões e municípios.....	21
Quadro 3: Composição meio circulante 2007 e 2008 (em mil).....	26
Quadro 4: Municípios com maiores apreensões de cédulas falsas de Real.....	57
Quadro 5: Valor de face.....	58
Quadro 6: Numeração coincidente	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Santa Catarina desfragmentada.....	20
Figura 2: Fluxo do dinheiro no Brasil	26
Figura 3: Marca d'água.....	30
Figura 4: Fibras coloridas	31
Figura 5: Armas Nacionais	31
Figura 6: Imagem latente.....	32
Figura 7: Marca tátil	33
Figura 8: Triângulo da fraude.....	36
Figura 9: Meio circulante x Falsificação	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CMB	Casa da Moeda do Brasil
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
MECIR	Departamento do Meio Circulante

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	16
1.4	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	17
1.4.1	UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	17
1.4.2	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	18
1.4.3	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS	19
1.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	23
1.6	ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	23
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1	O MEIO CIRCULANTE E O PLANO REAL	25
2.1.1	Meio Circulante	25
2.1.2	Plano Real.....	27
2.2	CASA DA MOEDA DO BRASIL.....	28
2.3	BANCO CENTRAL DO BRASIL	28
2.3.1	Departamento do Meio Circulante - MECIR.....	29
2.3.2	Segurança da cédula do Real	29
2.3.3	Procedimentos x Transparência nas informações	33
2.4	FRAUDE.....	35
2.4.1	Falsificação de dinheiro.....	37
2.4.2	Lavagem de dinheiro falso.....	38
2.5	A LEI E A ORDEM.....	39
2.5.1	Crime e Pena.....	39
2.5.2	Polícia Federal.....	41
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
3.1	AS REGIÕES E A FALSIFICAÇÃO	42
3.1.1	Oeste	42
3.1.2	Meio-Oeste	44
3.1.3	Nordeste, Planalto Norte e Litoral Norte	46
3.1.4	Vale do Itajaí	48
3.1.5	Região de Itajaí - Rota do Sol – Litoral	50
3.1.6	Grande Florianópolis	51
3.1.7	Serra Catarinense	53
3.1.8	Litoral Sul.....	55
3.2	RANKING.....	57
3.2.1	Dos municípios mais afetados pela falsificação	57
3.2.2	As cédulas mais falsificadas	58
3.3	SANTA CATARINA E A FALSIFICAÇÃO	59
3.3.1	Os maiores prejudicados no Estado	60
3.3.2	Prejuízo por Região no Estado	61
3.3.3	As Apreensões em Santa Catarina no período 2007 e 2008	62
4	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	65
4.1	CONCLUSÕES.....	65
4.2	SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	67
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICES.....	71
	APÊNDICE A – TOTAL DE CÉDULAS APREENDIDAS POR REGIÃO E PERÍODO.....	71
	APÊNDICE B – TOTAL DE PREJUDICADOS POR REGIÃO E PERÍODO	73

APÊNDICE C – TOTAL DO PREJUÍZO MENSAL - REGIÃO E PERÍODO.....	82
APÊNDICE D – RANKING DOS MUNICÍPIOS MAIS PREJUDICADOS – CÉDULAS POR DENOMINAÇÃO	84

1. INTRODUÇÃO

O meio circulante no decorrer da história foi o principal instrumento monetário para o desenvolvimento das sociedades, possibilitando o crescimento econômico dos países que adotaram a moeda como intermediadora de trocas de mercadorias e serviços. O risco empregado no carregamento de ouro e prata foi substituído por papéis, ou seja, com a criação das casas de custódia o cliente deixava seus pertences em troca dos recibos de depósito. Eram cupons que expressavam a quantidade que o depositante deixara em seu poder. A autenticidade desses cupons era constatada pela assinatura no recibo, fácil de falsificar. Assim surgiram as primeiras ocorrências de falsificação do papel moeda. No Brasil, os primeiros indícios de papel moeda foram os bilhetes de permuta, que eram recibos de recolhimento metálicos na Casa da Moeda. As notas representativas começaram a serem empregadas em 1808, com a criação do primeiro Banco do Brasil (Peláez e Suzigan, 1981).

Segundo Lopes e Rossetti (1998), no ano de 1827, era falsa a maioria das moedas de cobre em circulação, o que motivou um decreto imperial, de 27 de novembro, ordenando a troca de moedas de cobre por notas emitidas pelo Tesouro. O decreto foi de extraordinária importância, sendo a primeira autorização legal para a emissão de papel-moeda pelo governo. Posteriormente, o papel-moeda do Tesouro Nacional substituiria completamente as notas do Banco do Brasil.

A moeda tem o seu papel em nossa economia de trocas, tendo a sua importância nos instrumentos monetários e sua crescente presença na evolução econômica das nações. Desde a origem da economia existem no mundo dos negócios vários tipos de fraudes, armadilhas e sistemas para roubar e prejudicar o próximo (Parodi, 2005, p.1).

Para Jesus (2000) o fraudador utiliza-se de três recursos para obter sucesso: obtenção das ferramentas de fraude, criatividade e conhecimento de como usar a ferramenta de fraude e o objetivo de valores monetários que sejam facilmente conversíveis em moeda corrente. Os meios poderão ser os mais diferentes possíveis, conforme os objetivos a serem atingidos, como também conforme sejam do meio interno ou externo as pessoas que cometerão a fraude.

A falsificação de dinheiro é uma das diversas formas de obtenção de recursos de forma ilícita. Conforme o artigo 291 do Código Penal Brasileiro sob pena, a reclusão de dois a seis anos e multa, “fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda”.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As economias solidificadas fazem do papel moeda o alvo dos falsificadores em diversos lugares do mundo. Pela facilidade de tecnologia para a produção, o Brasil também é vítima deste crime, pois o Real tem o seu espaço na economia onde a inflação não corrói mais o poder de compra dos brasileiros, assim é possível produzir e injetar lentamente o dinheiro no meio circulante.

Segundo Friedman (1939, p.46):

A razão consiste basicamente na dificuldade de se evitar a falsificação ou seus equivalentes econômicos. O dinheiro fiduciário constitui um contrato para o pagamento do dinheiro padrão. Acontece, entretanto que existe longo intervalo entre a confecção de tais contratos e sua realização. Tal fato aumenta a dificuldade de fazer executar o contrato e, portanto, também a tentação de emitir contratos fraudulentos.

A falsificação traz prejuízos em todos os estados, lesando comerciantes e consumidores. Em Santa Catarina todos os dias são apreendidas diversas cédulas irregulares pelos órgãos competentes. Sabendo disso cabe o seguinte questionamento:

Qual o volume de dinheiro falsificado apreendido em Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo da pesquisa é identificar o volume da falsificação de dinheiro apreendido no Estado de Santa Catarina.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de alcançar o objetivo geral, seguem listados os seguintes objetivos específicos:

- Demonstrar a relação existente entre o meio circulante e a falsificação;
- Identificar os órgãos responsáveis pela inibição à falsificação e o papel de cada um deles;
- Identificar os volumes de moeda falsificada por região; e
- Analisar a evolução da falsificação de moeda em Santa Catarina nos últimos dois anos.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

No dia-a-dia depara-se com as diversas formas de golpes e fraudes que afetam o cidadão brasileiro. A falsificação no meio circulante é de interesse não só ao cidadão comum, mas também dos responsáveis pela manutenção e segurança da ordem pública.

A população deve saber como se prevenir dessa prática de crime organizado que impacta diretamente nas finanças do trabalhador e das empresas. Um aposentado que recebe um salário mínimo por mês será severamente prejudicado se receber uma cédula falsa de cem reais, assim como um caixa de estabelecimento comercial que deverá arcar com o prejuízo caso não tenha identificado uma falsificação. Essa é a razão pela qual eles devem receber instruções de reconhecimento dessas cédulas suspeitas de ilegitimidade.

O governo não pode omitir essa situação crítica como a que vivemos. É necessário discutir as diversas possibilidades que visem à integridade da moeda, buscando técnicas e recursos de segurança para evitar a falsificação do dinheiro que segue crescendo assim como a tecnologia que serve de base para o aperfeiçoamento das cédulas confeccionadas pelos infratores.

Segundo Maldaner (2000, p.6):

Dada a evolução da eletrônica e da informática, todos nós sabemos que o grau de sofisticação dos fora-da-lei vem crescendo proporcionalmente aos recursos modernos disponíveis e, muito provavelmente, bem acima do esperado, exigindo dos agentes responsáveis pela segurança pública o aperfeiçoamento indispensável à repressão das ações criminosas.

A economia fortalecida atrai os falsificadores, ou seja, com a inflação sob controle o dinheiro falso é injetado de forma sistêmica no comércio. Parodi (2005, p.141) reforça que “sem a inflação para corroer o valor do dinheiro, um derrame de notas de R\$ 50 ou até de R\$ 10 pode ser muito rentável para os falsários, que não terão grande pressa para distribuição”. O equilíbrio econômico facilita a inclusão do numerário falso, pois não é necessário aumentar a quantidade produzida para obter ganho. Uma vez que a quantidade de moeda demandada deve ser igual à quantidade ofertada pela autoridade monetária, temos o equilíbrio geral que acaba sendo afetado pelos falsificadores.

Segundo Napoleoni (1963, p.16):

Essa teoria (a que se dá o nome de “teoria quantitativa da moeda”) implica uma separação muito nítida entre um aspecto real e um aspecto monetário da vida econômica; repitamos: no campo real, determinam-se os preços relativos, as quantidades dos bens e a taxa de juro; no campo monetário, determinam-se os preços absolutos. O que importa ressaltar é o seguinte: a separação entre os dois aspectos assenta sobre a hipótese de que a demanda por moeda provenha unicamente da necessidade de conduzir transações mercantis e que por isso (uma vez dada à velocidade de circulação) a moeda sirva somente para determinar o nível absoluto dos preços. A quantidade de moeda é um dos elementos essenciais para a determinação da taxa de juro.

Dessa forma, o tema a ser pesquisado mostra-se relevante por prejudicar o governo e a sociedade em geral. É incontestável que as ações voltadas sejam fundamentais para o aspecto da prevenção e da redução da falsificação no meio circulante no País.

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção são abordados os meios necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

1.4.1 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

A Carta-Circular nº 3.329/2008 do BACEN, estabelece procedimentos para a retirada de circulação de cédulas e moedas nacionais identificadas como falsas ou de legitimidade duvidosa, por instituições financeiras bancárias, e seu envio ao Banco Central do Brasil:

As instituições financeiras bancárias, quando identificarem cédulas e moedas nacionais como falsas ou de legitimidade duvidosa, devem, no caso de os exemplares não lhes terem sido requisitados por autoridade policial ou judicial: I - reter tais cédulas e moedas; II - emitir recibo de retenção, quando a identificação se der no ato da apresentação, e entregá-lo ao apresentante; e III - remeter as referidas cédulas e moedas ao Banco Central do Brasil (Departamento do Meio Circulante, respeitada a jurisdição) para exame.

O universo da pesquisa abrange os três maiores bancos públicos do Estado de Santa Catarina, juntos representam 61,40% das 886 agências supervisionadas pelo Banco Central do Brasil no Estado (posição em 02/01/2008).

O Quadro 1 demonstra o grau de abrangência das agências do Banco do Brasil, Banco do Brasil BESC e Caixa Econômica Federal nas regiões estudadas:

Região	Instituições Financeiras na Região	Instituições Financeiras na Amostra	Amostra por Região
1 - Oeste	110	86	78,18%
2 - Meio-Oeste	119	82	68,91%
3 - Norte	137	70	51,09%
4 - Vale do Itajaí	164	99	60,37%
5 - Itajaí - Rota do Sol	57	27	47,37%
6 - Grande Florianópolis	129	67	51,94%
7 - Serra Catarinense	40	24	60,00%
8 - Litoral Sul	130	89	68,46%
Total	886	544	61,40%

Quadro 1 - Amostra Instituições Financeiras por Região

Fonte: adaptado de BACEN

O estudo refere-se às apreensões realizadas por 61,40% das instituições financeiras habilitadas para o repasse da cédula falsa para o BACEN. Uma vez selecionada a amostra da pesquisa, buscaram-se as informações relevantes nos programas internos de cada banco.

1.4.2 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este tópico refere-se ao tipo de estudo empregado, técnicas e métodos utilizados para coletar os dados necessários para o desenvolvimento do trabalho.

Quanto à finalidade, a metodologia empregada na pesquisa é descritiva. Segundo Gil (2007, p.42) “a pesquisa descritiva têm como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis”. Ou seja, a pesquisa procura estabelecer os pontos de maior incidência de apreensão de dinheiro falso no Estado de Santa Catarina, por meio de uma coleta e análise do banco de dados das instituições financeiras mencionadas, com abordagem do problema de forma quantitativa dos dados.

A pesquisa quantitativa utiliza a descrição matemática como linguagem, ou seja, a linguagem matemática é utilizada para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis.

Para Raupp (2008, p.93) a pesquisa quantitativa:

Destaca ainda sua importância ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos.

Quanto aos procedimentos, o trabalho foi feito em duas fases. Na primeira, foi utilizado o levantamento bibliográfico, utilizando-se artigos, livros, entre outras publicações, com o objetivo de fornecer informações sobre o meio circulante e suas ligações. Na segunda fase foi utilizada a pesquisa de levantamento, que utiliza a coleta de informações de todos participantes do universo pesquisado.

Segundo Gil (1999, p.70 apud Raupp, 2008, p.85):

As pesquisas de levantamento se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Desta forma, as informações obtidas com o levantamento, serviram de análises para a formulação das conclusões sobre o estudo.

1.4.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

Foram coletadas informações específicas dos bancos de dados das instituições financeiras. São dados que quando agrupados e trabalhados com a ferramenta Microsoft Excel se transformaram em informações relevantes para a análise e interpretação dos dados.

O objetivo é coletar dados como:

- **Data apreensão do numerário suspeito de legitimidade** – identificando a data, é possível evidenciar o período de maior incidência de cédulas falsas na economia;
- **Denominação da cédula** – levantar quais as cédulas que os falsificadores têm interesse para a inclusão no comércio.

- **Numeração** - São as letras e os números que identificam a cédula. Não pode existir duas cédulas com a mesma numeração. Os falsificadores lançam milhares de cédulas com a mesma sequência numérica. Classificar as cédulas que apresentam as maiores igualdades sequenciais servindo de auxílio para a população, inclusive o comércio.
- **Agência ou posto de serviço** – bancos como BB (incluindo BESC) e Caixa Econômica Federal têm representatividade em todo estado, ou seja, conhecendo a agência de origem é possível criar um mapa evidenciando as regiões de maior apreensão em Santa Catarina.

Segundo o sítio do Governo do Estado de Santa Catarina, o Estado está dividido em oito regiões: Oeste, Meio-Oeste, Planalto Norte, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul e Litoral. Porém, o presente trabalho desfragmentou o litoral Catarinense e aponta uma nova divisão do Estado para uma melhor visualização dos resultados.

A Figura 1 demonstra a divisão realizada para o estudo das apreensões de dinheiro efetuadas em Santa Catarina:

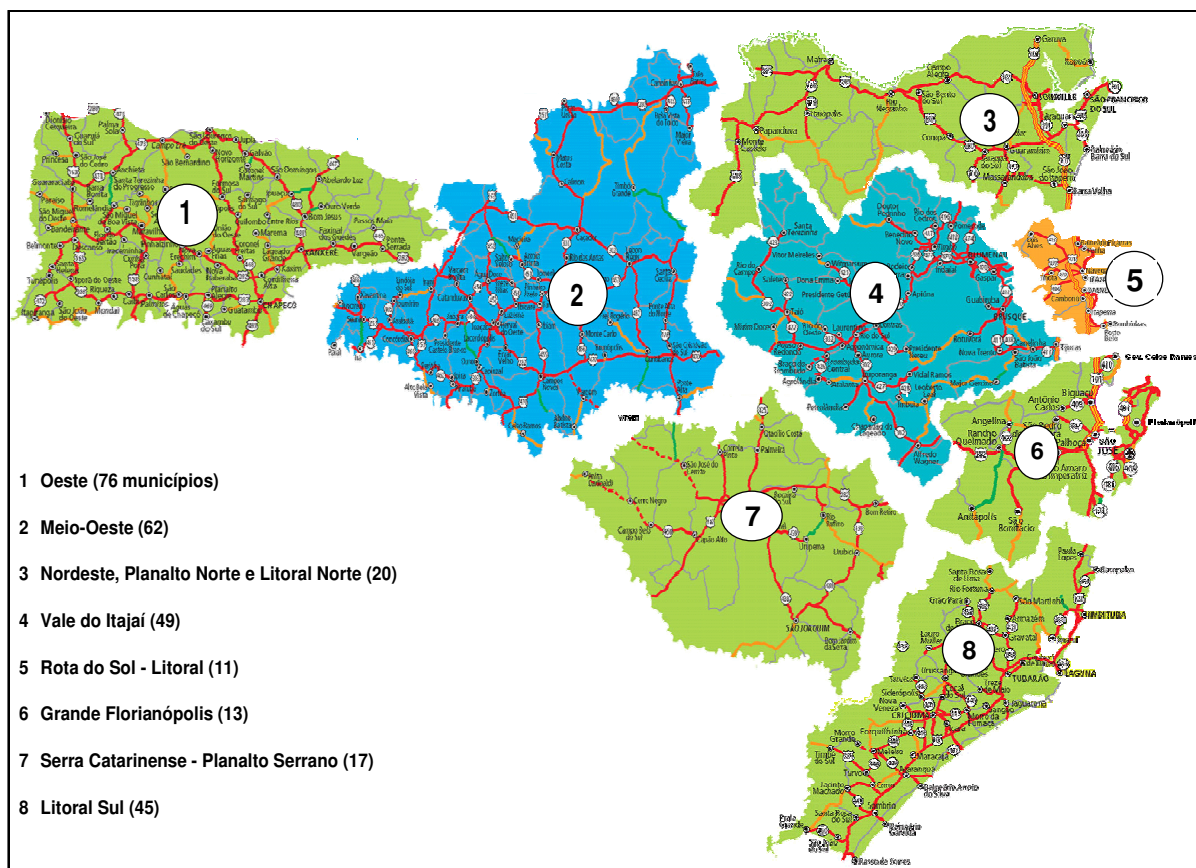


Figura 1: Santa Catarina desfragmentada

Fonte: adaptado de Santa Catarina Turismo

O dados das apreensões feitas em Santa Catarina foram alocados conforme as regiões apresentadas na figura acima. Como objeto da presente investigação, o Quadro 2 demonstra a composição das Regiões.

Região		Municípios		
1	Oeste 76 Municípios	Abelardo Luz	Guarujá do Sul	Quilombo
		Águas de Chapecó	Guatambu	Riqueza
		Águas Frias	Iporã do Oeste	Romelândia
		Anchieta	Ipuaçu	Saltinho
		Bandeirante	Iraceminha	Santa Helena
		Barra Bonita	Irati	Sta Terezinha do Progresso
		Belmonte	Itapiranga	Santiago do Sul
		Bom Jesus	Jardinópolis	São Bernardino
		Bom Jesus do Oeste	Jupia	São Carlos
		Caibi	Lageado Grande	São Domingos
		Campo Erê	Maravilha	São João do Oeste
		Caxambu do Sul	Marema	São José do Cedro
		Chapecó	Modelo	São Lourenço do Oeste
		Cordilheira Alta	Mondai	São Miguel da Boa Vista
		Coronel Freitas	Nova Erechim	São Miguel do Oeste
		Coronel Martins	Nova Itaberaba	Saudades
		Cunha Porá	Novo Horizonte	Serra Alta
		Cunhataí	Ouro Verde	Sul Brasil
		Descanso	Palma Sola	Tigrinhos
		Dionísio Cerqueira	Palmitos	Tunápolis
		Entre Rios	Paraíso	União do Oeste
		Faxinal dos Guedes	Passos Maia	Vargeão
		Flor do Sertão	Pinhalzinho	Xanxerê
		Formosa do Sul	Planalto Alegre	Xaxim
		Galvão	Ponte Serrada	
		Guaraciaba	Princesa	
2	Meio Oeste 62 Municípios	Abdon Batista	Ibiam	Pinheiro Preto
		Água Doce	Ibicare	Piratuba
		Alto Bela Vista	Iomerê	Ponte Alta
		Arabutã	Ipira	Ponte Alta do Norte
		Arroio Trinta	Ipumirim	Porto União
		Arvoredo	Irani	Presidente Castelo Branco
		Bela Vista do Toldo	Irineópolis	Rio das Antas
		Brunópolis	Ita	Salto Veloso
		Caçador	Jaborá	Santa Cecília
		Calmon	Joaçaba	São Cristóvão do Sul
		Campos Novos	Lacerdópolis	Seara
		Canoinhas	Lebon Régis	Tangará
		Capinzal	Lindóia do Sul	Timbó Grande
		Catanduvas	Luzerna	Três Barras
		Celso Ramos	Macieira	Treze Tilias

		Concórdia	Major Vieira	Vargem
		Curitibanos	Matos Costa	Vargem Bonita
		Erval Velho	Monte Carlo	Videira
		Fraiburgo	Ouro	Xavantina
		Frei Rogério	Paial	Zortéa
		Herval do Oeste	Peritiba	
3	Nordeste, Planalto E Litoral Norte 20 Municípios	Araquari	Itaiópolis	Papanduva
		Baln Barra do Sul	Itapoá	Rio Negrinho
		Barra Velha	Jaraguá do Sul	São Bento do Sul
		Campo Alegre	Joinville	São Francisco do Sul
		Corupá	Mafra	São João do Itaperiú
		Garuva	Massaranduba	Schroeder
		Guaramirim	Monte Castelo	
4	Vale do Itajaí 49 Municípios	Agrolândia	Guabiruba	Rio do Campo
		Agronômica	Ibirama	Rio do Oeste
		Alfredo Wagner	Imbuia	Rio do Sul
		Apiúna	Indaial	Rio dos Cedros
		Ascurra	Ituporanga	Rodeio
		Atalanta	José Boiteux	Salete
		Aurora	Laurentino	Santa Terezinha
		Benedito Novo	Leoberto Leal	São João Batista
		Blumenau	Lontras	Taió
		Botuverá	Major Gercino	Tijucas
		Braço do Trombudo	Mirim Doce	Timbó
		Brusque	Nova Trento	Trombudo Central
		Canelinha	Petrolândia	Vidal Ramos
		Chapadão do Lageado	Pomerode	Vitor Meireles
		Dona Emma	Pouso Redondo	Witmarsum
		Doutor Pedrinho	Pres. Getúlio	
		Gaspar	Pres. Nereu	
5	Rota do Sol Itajaí – Litoral 11 Municípios	Balneário Camboriú	Ilhota	Navegantes
		Balneário Piçarras	Itajaí	Penha
		Bombinhas	Itapema	Porto Belo
		Camboriú	Luis Alves	
6	Grande Florianópolis 13 Municípios	Águas Mornas	Florianópolis	São Bonifácio
		Angelina	Gov. Celso Ramos	São José
		Anitápolis	Palhoça	São Pedro de Alc.
		Antônio Carlos	Rancho Queimado	
		Biguaçu	Sto Amaro Da Imp.	
7	Serra Catarinense 17 Municípios	Anita Garibaldi	Cerro Negro	Rio Rufino
		Bocaina do Sul	Correia Pinto	São Joaquim
		Bom Jardim da Serra	Lages	São José do Cerrito
		Bom Retiro	Otacílio Costa	Urubici
		Campo Belo do Sul	Painel	Urupema
		Capão Alto	Palmeira	
8	Sul 45 Municípios	Araranguá	Imbituba	Rio Fortuna
		Armazém	Jacinto Machado	Sangão
		Balneário Arroio Do Silva	Jaguaruna	Santa Rosa de Lima
		Balneário Gaivota	Laguna	Santa Rosa do Sul

	Braço do Norte	Lauro Muller	São João do Sul
	Capivari de Baixo	Maracajá	São Ludgero
	Cocal do Sul	Meleiro	São Martinho
	Criciúma	Morro da Fumaça	Siderópolis
	Ermo	Morro Grande	Sombrio
	Forquilha	Nova Veneza	Timbé do Sul
	Garopaba	Orleans	Treviso
	Grão Pará	Passo de Torres	Treze de Maio
	Gravatal	Paulo Lopes	Tubarão
	Içara	Pedras Grandes	Turvo
	Imaruí	Praia Grande	Urussanga

Quadro 2 – Regiões e Municípios

Fonte: autor

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho limita-se ao estudo das informações levantadas pelas principais instituições financeiras públicas de Santa Catarina nos anos de 2007 e 2008, logo, as análises e conclusões tem validade restrita a estes anos, regiões, Estado e amostra analisada. Somente foram coletados dados de dois anos devido as dificuldades listadas para obtenção dos dados:

- Dados - Os bancos não possuem sistema de pesquisa voltado para a cédula falsa;
- Burocracia - A negação de autorização das instituições financeiras para a coleta dos dados;
- Captura - Alto índice de apreensões e a conseqüente demora na captura das apreensões;
- Pouca bibliografia voltada à falsificação do meio circulante.

Assim, outros pesquisadores poderão abordar o estudo em outros estados e porventura aos bancos privados com sede em Santa Catarina.

1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

O trabalho apresenta uma estrutura de quatro capítulos.

No primeiro capítulo, a introdução aborda a preocupação com a falsificação do meio circulante, em seguida é identificado o tema e problema com uma questão a ser respondida. Têm-se ainda os objetivos geral e específicos, a justificativa, metodologia aplicada, e suas limitações bem como estrutura e descrição dos capítulos.

O segundo capítulo abrange a fundamentação teórica abordando assuntos relevantes ao tema estudado, que contribui na análise dos resultados.

Quanto ao terceiro, apresenta-se a análise das informações após o agrupamento dos dados das apreensões feitas em Santa Catarina pela amostra selecionada.

Em seguida, o quarto capítulo apresenta as conclusões e sugestões para futuros estudos, após têm-se as referências e apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho tem como assunto principal a falsificação de dinheiro no meio circulante. Este ato fraudulento representa um montante significativo que acaba prejudicando o comércio, bancos, aposentados, usuários de caixas eletrônicos, a sociedade em geral.

O prejuízo que uma cédula falsa traz para o receptor é relativo, ou seja, ela pode representar uma parcela considerável para quem recebe um salário mínimo ou apenas uma perda indesejável para uma companhia. A instituição financeira no ato da suspeita da evidência de numerário suspeito de legitimidade tem a obrigação da apreensão e adequação dos procedimentos para encaminhamento aos órgãos responsáveis.

A sociedade deve conhecer quais os órgãos competentes pela monitoração e combate da falsificação do meio circulante. Qualquer informação sobre falsificação deve ser encaminhada ao Departamento do Meio Circulante do Banco Central, Delegacia de Polícia Federal ou Delegacia de Polícia Civil mais próxima.

Este capítulo tem como finalidade principal a abordagem de conceitos e informações, a fim de colaborar com o assunto pesquisado. São apresentadas as autoridades responsáveis, procedimentos para a prevenção, o objeto estudado, legislação.

2.1 O MEIO CIRCULANTE E O PLANO REAL

Nesta seção apresenta-se o meio circulante nacional e o programa de estabilização econômica no combate à inflação, o Plano Real.

2.1.1 Meio Circulante

O meio circulante nacional é constituído pelas cédulas e moedas metálicas do padrão monetário Real, que estão em poder da rede bancária, empresas e do público em geral. Segundo Sant'Ana (1997, p. 54) “a moeda é um passivo do Banco Central, que a emitiu, e um ativo das famílias, empresas e bancos, que a possuem”.

O Departamento de Contabilidade e Execução Financeira do BACEN apresenta no passivo do Balanço Patrimonial de 2008 a conta “Meio Circulante”, que comparada ao exercício de 2007 sofreu uma elevação de 12,3% no saldo de papel-moeda ocasionado principalmente pelo crescimento do Produto Interno Bruto. O Quadro 3 apresenta a composição do meio circulante em 2007 e 2008.

	31.12.2008				31.12.2007			
	Quantidade	%	Valor (R\$ mil)	%	Quantidade	%	Valor (R\$ mil)	%
Cédulas	4.154.428.371	100,00%	112.722.454	100,00%	4.060.856.307	100,00%	100.529.305	100,00%
R\$ 1,00	193.800.070	4,66%	193.800	0,17%	283.450.108	6,98%	283.450	0,28%
R\$ 2,00	672.256.582	16,18%	1.344.513	1,19%	593.475.820	14,61%	1.186.952	1,18%
R\$ 5,00	389.452.072	9,37%	1.947.260	1,73%	350.451.016	8,63%	1.752.255	1,74%
R\$ 10,00	720.859.956	17,35%	7.208.600	6,39%	833.824.201	20,53%	8.338.242	8,29%
R\$ 20,00	556.457.334	13,39%	11.129.147	9,87%	529.793.514	13,05%	10.595.870	10,54%
R\$ 50,00	1.425.222.024	34,31%	71.261.101	63,22%	1.372.272.592	33,79%	68.613.630	68,25%
R\$ 100,00	196.380.333	4,73%	19.638.033	17,42%	97.589.056	2,40%	9.758.906	9,71%
Moedas	14.161.284.023	100,00%	2.867.425	100,00%	12.993.827.898	100,00%	2.354.956	100,00%
R\$ 0,01	3.190.593.451	22,53%	31.906	1,11%	3.190.414.817	24,55%	31.904	1,35%
R\$ 0,05	3.229.277.764	22,80%	161.464	5,63%	3.036.433.722	23,37%	151.822	6,45%
R\$ 0,10	3.654.267.563	25,80%	365.427	12,74%	3.347.779.055	25,76%	334.778	14,22%
R\$ 0,25	1.498.058.210	10,58%	374.515	13,06%	1.339.586.260	10,31%	334.897	14,22%
R\$ 0,50	1.309.949.160	9,25%	654.975	22,84%	1.156.116.337	8,90%	578.058	24,55%
R\$ 1,00	1.279.137.875	9,03%	1.279.138	44,61%	923.497.707	7,11%	923.497	39,22%
Comemorativas			825				786	
TOTAL			115.590.704				102.885.047	

Quadro 3 – Composição Meio Circulante 2007 e 2008 (em mil)

Fonte: adaptado de BACEN

O fluxo do dinheiro no país se divide sucintamente em quatro etapas conforme mostra a Figura 2:

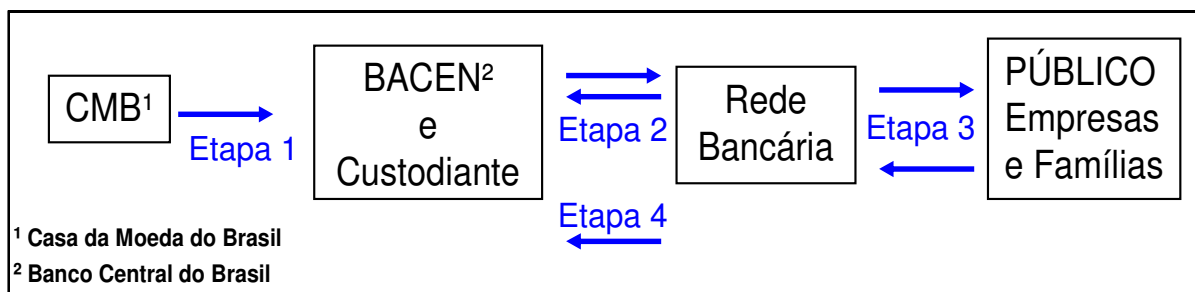


Figura 2: Fluxo do Dinheiro no Brasil

Fonte: adaptado de BACEN

Na primeira, o Banco Central do Brasil adquire junto à Casa da Moeda o dinheiro novo que, em seguida, com o Custodiante distribuem numerário e atendem aos saques e depósitos da rede bancária (segunda etapa). A terceira etapa se origina com a relação da rede bancária com o público através dos saques e depósitos. Por fim, a quarta etapa representa o encaminhamento das cédulas suspeitas de falsificação para o BACEN.

2.1.2 Plano Real

O Plano Real é considerado o programa de estabilização econômica mais bem-sucedido no combate à inflação. Estrutura-se em condições políticas, históricas e econômicas, que levou o Governo brasileiro a substituir a antiga moeda pelo Real em primeiro de julho de 1994.

Segundo Hugar (1978, p.109), a influência de uma quantidade suplementar de moeda:

é percorrida por correntes, por fluxos de expansão ou de retração monetária. Essas correntes monetárias, através da despesa total por elas modificadas, entram em contato com o fluxo de bens e de serviços disponíveis.

Se a despesa total aumentar sem encontrar um fluxo de bens e serviços capaz de satisfazê-la, a sua pressão se exercerá sobre o preço, provocando a sua alta. Se a despesa total puder ser contrabalançada por um fluxo suficiente de bens e serviços, a sua pressão se exercerá sobre o volume da produção, principalmente. Se, ao contrário, a despesa total diminuir, provocará a queda da produção e a baixa do nível dos preços.

Após a implantação do plano, a economia brasileira voltou a crescer, a inflação foi dominada sem congelamentos de preços, confiscos de depósitos bancários ou outras técnicas que servem de barreira para o desenvolvimento econômico. O Plano Real surgiu para tornar-se uma moeda forte e estável, proporcionando uma estabilidade econômica, com o aumento do poder aquisitivo para a população.

Segundo Hugar (1978, p.87):

Esse poder aquisitivo, poder de compra, é a quantidade de bens e serviços que uma unidade monetária permite adquirir. Quando esse poder aquisitivo aumenta, o valor da moeda se eleva inversamente. O poder aquisitivo da moeda varia no sentido inverso no conjunto dos preços. Quando o nível geral dos preços se eleva, o poder aquisitivo da moeda diminui. A um movimento geral de baixa dos preços corresponde um aumento do poder aquisitivo da moeda: cada unidade monetária pode adquirir uma quantidade maior de bens e serviços.

O crescimento acelerado obrigou o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, assim, o Brasil registra a taxa de crescimento de forma auto-sustentável, viabilizando a retomada do crescimento e a distribuição da renda.

O Real possui oito cédulas diferentes, inicialmente foram criadas as cédulas de um, cinco, dez, cinquenta e cem reais, seguidas da cédula de polímero de dez, dois e vinte reais, que por enquanto encerram esta família. Hoje, algumas cédulas estão sendo recolhidas aos poucos pelo Banco Central do Brasil, um e dez reais de polímero, sendo que a segunda foi a primeira cédula comemorativa brasileira. Para se proteger das falsificações é necessário conhecer os itens que garantem a integridade e segurança do Real.

2.2 CASA DA MOEDA DO BRASIL

Cabe ressaltar que a moeda é fabricada pela Casa da Moeda do Brasil, mas só é considerada oficialmente emitida quando colocada em circulação pelo BACEN.

Segundo Andrezo e Lima (2007, p.42):

A Casa da Moeda do Brasil existe desde 1694, quando foi instalada na Bahia, sendo transferida, em 1699, para o Rio de Janeiro. Em 1970, foi para Pernambuco, lá funcionando até 1972. No ano seguinte, retornou ao Rio de Janeiro, onde permanece até hoje.

A Casa da Moeda tem como finalidade principal garantir o suprimento do meio circulante nacional, atendendo à demanda do Banco Central, dispondo de unidades industriais responsáveis pela impressão de cédulas e pela cunhagem de moedas.

2.3 BANCO CENTRAL DO BRASIL

O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, é a entidade criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. O BACEN foi criado em 31 de dezembro de 1964, com a promulgação da Lei nº 4.595 (dispõe sobre a Política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o conselho monetário nacional e dá outras providências).

Está sediado em Brasília, possuindo representações regionais em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Curitiba e Fortaleza.

Segundo Andrezo e Lima (2007, p.41):

Bancos centrais normalmente são responsáveis por emitir moeda e promover sua estabilidade interna (política monetária) e externa (política cambial), bem como por manter a estabilidade do mercado financeiro, desempenhando as funções de supervisão e fiscalização das instituições financeiras. Esta lei preferiu afastar a idéia de um banco central misto, ou seja, optou-se por proibir expressamente o Banco Central de realizar operações de crédito ativas e passivas diretamente com o público, visando a evitar desvirtuamento de suas funções precípuas. A exposição de motivos fundamentou esta opção com base na idéia de que o órgão federal que inspeciona os bancos e deles recebe reservas monetárias não lhes deve fazer concorrência, exercendo concomitantemente atividades bancárias comuns, pois precisa de liberdade de ação para inspecionar os bancos. Além disso, o exercício das funções do banco central exige um corpo funcional com tendência vocacional definida e especialização de conhecimento.

São de sua privativa competência diversas atribuições, destacando para o objetivo deste trabalho:

- **Emissão do meio circulante:** emitir papel-moeda e moeda metálica nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional;
- **Saneamento do meio circulante:** responsável pela manutenção e renovação da moeda, a fim de que esteja em condições de uso e em quantidade às transações necessárias.

2.3.1 Departamento do Meio Circulante - MECIR

O Departamento do Meio Circulante do Banco Central do Brasil tem a responsabilidade pela emissão do papel-moeda e moeda metálica e pela execução dos serviços do meio circulante.

As principais atividades do Departamento do Meio Circulante são:

- projeto de cédulas e moedas, inclusive as comemorativas, em parceria com a Casa da Moeda - CMB;
- planejamento do fluxo de encomendas à CMB;
- distribuição do dinheiro (abastecimento das representações regionais e atendimento à rede bancária);
- saneamento do meio circulante (substituição do dinheiro desgastado);
- segurança da moeda (monitoramento das falsificações, etc.);
- formulação de normas sobre o meio circulante.

O BACEN criou o Programa de Análise Pericial de Falsificações que tem como objetivo expandir a qualidade e a utilidade das informações sobre cédulas falsas através da capacitação de seus funcionários em identificar e classificar a qualidade do dinheiro falso. Com isso, está adotando uma metodologia de análise das falsificações, com a finalidade de quantificar as produções com o auxílio de um banco de dados e fornecer informações que facilitam a polícia e ao Poder Judiciário em identificar os falsários. O presente trabalho apresenta no capítulo 3 a quantificação de boa parte por período e região no Estado de Santa Catarina.

2.3.2 Segurança da cédula do Real

Toda cédula possui pelo menos três elementos de segurança, que são: marca d'água, a imagem latente e o registro coincidente. Segundo Santos (2006, p.22) cerca de 60% das cédulas falsas não possuem marca d'água. O fato de o papel ser verdadeiro não garante que a

cédula seja autêntica. Cerca de 40% das falsificações do Real são feitas a partir da lavagem de cédulas de menor valor.

São elementos de segurança do papel moeda:

- **Marca d'água:** a marca pode ser vista segurando a cédula contra a luz, olhando para o lado que contém a numeração. Na área clara à esquerda, as figuras representam a República ou a Bandeira Nacional, em tons que variam do claro ao escuro. As cédulas de um, cinco e dez reais podem apresentar como marca d'água a figura da República ou a Bandeira Nacional. A cédula de dois reais apresenta apenas a figura da tartaruga marinha com o número dois. A cédula de vinte reais apresenta apenas a figura do mico-leão-dourado com o número vinte. As cédulas de cinquenta e cem reais apresentam como marca d'água apenas a figura da República (BACEN). É necessário diferenciar a marca d'água entre as cédulas, assim evita que o papel moeda de valores inferiores sejam lavados e reimpressos por cédula de maior valor como a de cinquenta reais, sendo esta a mais visada pelos falsários. A figura 3 demonstra respectivamente as marcas d'água das cédulas de dois a cem reais:

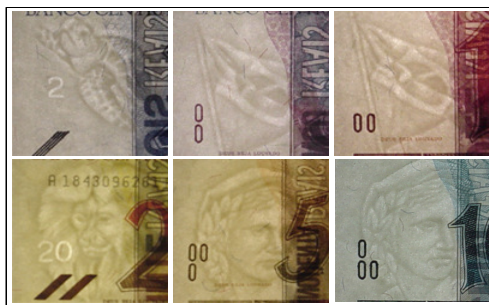


Figura 3: Marca d'água
Fonte: adaptado de BACEN

- **Faixa Holográfica:** Ao se movimentar a cédula de vinte reais, aparecem figuras do mico-leão-dourado e do número vinte. Na lateral da faixa, aparece o texto “Banco Central do Brasil”. Com lente de aumento, observa-se também, ao fundo, o texto “20 reais”.
- **Fibras Coloridas:** Pequenos fios espalhados no papel (conforme mostra a Figura 4), nas cores vermelha, azul e verde, podem ser vistos em ambos os lados, ao longo de toda a cédula.



Figura 4: Fibras coloridas
Fonte: adaptado de BACEN

- **Fundos especiais:** São linhas retas, paralelas, extremamente finas e bastante próximas entre si. Isto dá a ilusão de que houve uma impressão contínua no local. Essas linhas existem em toda a cédula, mas podem ser vistas, principalmente, na área onde está a marca d'água, em ambos os lados.
- **Microimpressões:** Letras “B” e “C” impressas em tamanho minúsculo, visíveis com o auxílio de uma lente no interior dos números indicativos de valor da cédula e na faixa clara junto à efígie da República.
- **Registro Coincidente:** Olhando a nota contra a luz, o desenho das Armas Nacionais impresso em um lado deve ajustar-se exatamente ao mesmo desenho que se encontra no outro lado.



Figura 5: Armas Nacionais
Fonte: adaptado de BACEN

- **Numeração:** São as letras e os números que identificam a cédula. Não podem existir duas cédulas de mesma numeração. Há três diferentes conceitos utilizados na numeração das cédulas do real:
 - a) **Série** – é um conjunto de 100.000 cédulas de mesmo valor, com as mesmas características gráficas. Por exemplo, a numeração “A 7051045099 C” indica que esta nota pertence à série “A 7051”. A numeração das séries é sucessiva, isto é, a série “A 9999” será sucedida pela série “B 0001”, esta pela “B 0002”, e assim por diante.

b) Ordem – é a numeração seqüencial da cédula dentro da série. No exemplo anterior (“A 7051045099 C”), a numeração indica que esta é a nota 45099 da série “A 7051”. O número de ordem varia de 000001 a 100000.

c) Estampa – identifica as séries com iguais características físicas ou gráficas. É indicada pela última letra da numeração. No exemplo anterior, a cédula pertence à estampa C (“A 7051045099 C”).

- **Fio de segurança:** Fio vertical, de cor escura, embutido no papel. Pode ser visto ao observar-se a cédula contra a luz. Está presente em todas as cédulas do Real, exceto nas de um e cinco reais que apresentam como marca d’água a figura da Bandeira Nacional e na cédula de dois reais.
- **Fibras sensíveis à luz ultravioleta:** Pequenos fios espalhados no papel que se tornam visíveis, na cor lilás, quando expostos à luz ultravioleta. São encontrados nos dois lados da cédula.
- **Imagem latente:** Observe a frente da cédula, olhe seu canto inferior esquerdo, colocando-a na altura dos olhos, em posição horizontal e sob luz natural abundante: ficarão visíveis as letras “B” e “C”.



Figura 6: Imagem latente
Fonte: adaptado de BACEN

- **Marca tátil:** São marcas impressas em relevo para auxiliar os deficientes visuais a identificar a cédula. Cada cédula tem marcas próprias, o papel legítimo é menos liso que o papel comum e a impressão apresenta relevo na figura da República (efígie), onde está escrito “Banco Central do Brasil” e nos números do valor da cédula.



Figura 7: Marca tátil
Fonte: adaptado de BACEN

2.3.3 Procedimentos x Transparência nas informações

Segundo a Circular nº 1.273, a diretoria do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 16.12.87, com fundamento no art. 4., inciso XII, da Lei n. 4.595, de 31.12.64, por competência delegada pelo Conselho Monetário Nacional, decidiu instituir, para adoção obrigatória a partir do Balanço de 30.06.88, o Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional – COSIF.

O COSIF unificou os diversos planos contábeis existentes na época com o intuito de padronizar os procedimentos de registro e confecção das demonstrações financeiras, possibilitando a análise, comparação, avaliação do desempenho das instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Segundo Lunkes (2007 p.12):

É fácil assumir que os únicos usuários da informação da contabilidade sejam os acionistas ou o governo, já que, para muitas empresas, é exigência da lei que elaborem e publiquem os demonstrativos contábeis ou prestem informações periodicamente. No entanto, as empresas prósperas mantêm rede de relacionamentos com um grande número de usuários externos.

Os acionistas e investidores têm interesse em informação que lhes auxilie na análise de liquidez, risco, rentabilidade atual, pagamento de dividendos, tendências de crescimento e perspectivas futuras da organização.

As agências reguladoras e governamentais têm interesse específico na informação contábil, inclusive sobre o gerenciamento da receita, folha de pagamento e ativos com propósitos de avaliar o pagamento de tributos. Elas têm grande interesse nas informações contábeis para fins de avaliar o cumprimento de normas, procedimentos, práticas contábeis e pagamento de tributos, como também para fins de incentivos fiscais e estabelecimento de estratégias e políticas econômicas.

Na prática a sociedade não tem a padronização das informações pertinentes à falsificação, os bancos fazem a contabilização em uma conta específica até que a cédula apreendida seja periciada pelo BACEN. Se a cédula for considerada VERDADEIRA será creditado o cliente, funcionário ou o banco depositário (em custodiante). Se FALSO, o ônus

recai para o banco somente se não foi identificado o cliente ou funcionário responsável pelo numerário.

A fim de evitar prejuízos aos clientes, o BACEN (2009) orienta como proceder no caso de recepção de uma cédula suspeita:

a) de um terminal de auto-atendimento ou caixa eletrônico:

- dentro de uma agência bancária e durante o expediente - neste caso é indispensável retirar um extrato que comprove o saque, preferencialmente no mesmo terminal, e encaminhar-se ao gerente da agência para pedir providências. Se não obtiver solução satisfatória com o gerente do banco o cidadão deve procurar uma delegacia policial mais próxima (Civil ou Federal) para registrar uma possível ocorrência.
- fora de uma agência ou do horário do expediente bancário - o cidadão deve retirar um extrato que comprove o saque, preferencialmente no mesmo terminal, e procurar em seguida uma delegacia policial mais próxima (Civil ou Federal) para registrar uma possível ocorrência. Na primeira oportunidade, dirigir-se ao gerente de sua agência bancária para pedir providências.

b) numa transação do dia-a-dia:

Segundo Santos (2006, p.12) “é importante capacitar a equipe de vendas nas lojas para detectar fraudadores e golpistas, pois muitas vezes esses funcionários são os primeiros a confrontarem com essas situações”. O BACEN (2009) orienta caso tentem lhe passar uma cédula ou moeda que, após observação dos elementos de segurança ou comparação com uma cédula legítima apresente sinais evidentes de que pode se tratar de uma falsificação, é um direito do cidadão recusar o recebimento da mesma. É fundamental sempre recomendar ao dono do exemplar suspeito que procure uma agência bancária ou uma representação do Banco Central do Brasil para solicitar o exame do referido exemplar.

2.4 FRAUDE

A globalização econômica e o crescimento das tecnologias vêm colaborando para atividades fraudulentas em todo o mundo. A riqueza movimentada de procedência ilícita percorre um mercado paralelo, ou seja, não subsidia o desenvolvimento e o crescimento do país.

A fraude se caracteriza pelo delito proposital em prejuízo de outrem. Coderre (1996 *apud* CARDOSO, 2008, p. 16) define a fraude como “uma grande variedade de atos caracterizados pela intenção de enganar ou obter benefícios imerecidos”. Para CAMARGO (2000, p. 6), “fraudes são assuntos naturais, rotineiros, corriqueiros, de nuances variadas e com alto potencial de inteligência e de impacto de capacidade e velocidade evolutiva do negócio”.

Segundo Maldaner (2000, p.11) o entendimento gramatical para o verbete fraude se resume em “abuso de confiança; ação praticada de má-fé. Contrabando, clandestinidade. Falsificação, adulteração”. Iudícibus (2003, p.111) complementa com o conceito de fraude contábil afirmando que ela significa enganar os outros em benefício próprio. Pode ser roubo, desfalque, estelionato, falsificação etc. Por exemplo, falsificação de documentos, apropriação indevida de bens, cálculos errados. Gil (1999 *apud* CAMARGO, 2000, p. 8) para melhor entendimento do fenômeno da fraude, enumera uma série de entidades e vetores partícipes do processo:

- 1) agente fraudador, aquele que imagina, cria e aciona o esquema fraudulento;
- 2) agente conivente, aquele que apóia clara ou de forma implícita as ações fraudulentas, ou ainda, descumpre medidas preventivas e detectivas recomendadas;
- 3) motivação de ambos os agentes para a fraude, principalmente, em termos da razão para a atitude agressiva – motivação psicológica, financeira ou material – ou da certeza da impunidade ou, ainda, de “valer a pena” a punição prevista para o ato proposital e prejudicial aos negócios;
- 4) causas ou condições gerenciais ou operacionais que propiciaram a ocorrência da fraude;
- 5) consequências ou implicações gerenciais ou operacionais com a ocorrência de fraude;
- 6) medidas preventivas com foco em maximizar que causas sejam de difícil ocorrência e, portanto, a motivação tenha tendência zero;
- 7) indícios, ocorrências agressivas aos padrões da qualidade estabelecidos e que podem ser com características acidental ou intencional (fraudulenta);
- 8) evidências, condições de sistematização/existência de ciclos/peculiaridades vigentes ou flagradas em indícios que formatem ou conduzam a certeza da concretização de atitudes agressivas intencionais a processos, produtos e informações associadas inter ou intra pessoa jurídica expandida;
- 9) provas, registros inequívocos da intencionalidade dos agentes agressores com as ações dolosas e da passividade dos agentes coniventes;
- 10) medidas detectivas, práticas para alertas e transformação de indícios em evidências, com a maior brevidade possível, no sentido de limitar a extensão da agressão aos negócios das organizações;
- 11) medidas corretivas, ações para conter/frear as consequências da fraude, para obter ressarcimento das perdas e para punição dos agentes agressores e coniventes.

Para Cressey (2005 apud CARDOSO, 2008, p. 19), “pessoas em que se depositou confiança se transformam em violadores desta confiança quando se imaginam tendo problemas financeiros os quais não são compartilháveis”, ou seja, essa hipótese conhecida como o “Triângulo da Fraude”, conforme pode ser observado na Figura 8, apresenta três características para a ocorrência deste delito, são elas: pressão, oportunidade e racionalização.

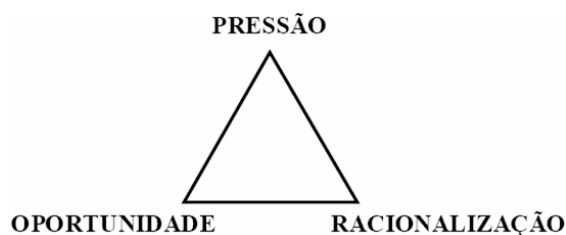


Figura 8: Triângulo da Fraude

Fonte: Adaptado de Wells

A pressão ocorre com o acúmulo dos problemas financeiros ou expectativa incomensurada de ganho fácil vivenciados pelo indivíduo aliado com o pensamento de não poder compartilhar o entrave com terceiros. O segundo vértice é composto pela oportunidade, resultante da confiança de outros, podendo desviar dinheiro de empresas, utilizar informações confidenciais em proveito próprio, abusar da confiança para enganar o próximo. O último vértice seria a racionalização, ou seja, são as desculpas moralmente aceitáveis que justificariam o seu “erro”. No sítio eletrônico da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro em entrevista ao fundador e presidente da *Association of Certified Fraud Examiners*, Joseph Wells (2006), cita algumas das racionalizações usadas com mais frequência: "Eu vou pegar esse dinheiro temporariamente e pagarei mais tarde". Ou então "a empresa não está tratando-me de uma forma justa e não me paga um bom salário, logo se tirar este dinheiro vou apenas ter aquilo que mereço". Outra racionalização típica é: "os meus superiores são escroques e isso justifica o meu ato de roubar".

Outro fator importante que deve ser apontado em contraponto ao vértice Pressão de Cressey, é o enriquecimento ilícito, não sendo pré-requisito estar com a situação financeira negativa para praticar atividades irregulares, ou seja, a ambição, desonestidade e a oportunidade de angariar fundos de maneira fácil é um dos principais motivos para as diversas modalidades de fraude, dentre elas a falsificação.

2.4.1 Falsificação de dinheiro

A falsificação de dinheiro sempre esteve presente no decorrer da história do meio circulante. Wells (2005 apud CARDOSO, 2008, p. 16) apresenta quatro elementos que devem estar presentes para a caracterização de uma fraude. São elas:

- a) uma afirmação materialmente falsa;
- b) o conhecimento de que a afirmação era falsa quando proferida;
- c) a confiança, pela vítima do ato, na afirmação falsa; e
- d) os prejuízos resultantes da confiança da vítima na afirmação falsa.

Os quatros elementos citados por Wells (2005) estão presentes no processo de falsificação de dinheiro, da criação até a comercialização.

A primeira etapa do processo criminoso está na “criação” e impressão do papel moeda, onde se enquadra na afirmação materialmente falsa. Esta fase está aliada com o crescimento tecnológico. Para Gil (1999, p. 160) “a pulverização das organizações fornecedoras de hardware e de software, a falta de uma linha de conduta gerencial de consumo generalizado e a escassez de padrões para a administração de informática tem imposto práticas com tecnologias variadas ao mercado”.

Segundo o Banco Central, na maioria dos casos, as falsificações são feitas em máquinas copiadoras. Jesus (2000, p.61) reforça que “a redução de custos para a compra de equipamentos informáticos facilitou a confecção de papel-moeda falso, a falsificação de assinaturas e de talões de cheques, ficando mais difícil o seu combate, devido à melhoria da qualidade das fraudes”. Outra forma de adulteração está na lavagem das cédulas de menor valor, reimpressas geralmente nas de maior valor como as de R\$ 10 e R\$ 50.

A segunda etapa se manifesta com o conhecimento de que a afirmação era falsa quando proferida. Nesta fase ocorre o planejamento para a inserção do numerário falsificado na economia. Galbraith (2004, p. 22) sustenta que “os mercados têm tido importância na história humana pelo menos desde a invenção da cunhagem de moedas, em geral atribuída aos lídios, no século VIII a.C.”. Embora ainda pouco comentada, inicia a lavagem do dinheiro falso, assim, o numerário entra de forma lícita no sistema financeiro.

O terceiro elemento é vinculado com a segunda etapa, quando a confiança, pela vítima do ato, na afirmação falsa. Para Benasse (2008, p. 233) a má-fé ocorre quando o “estado psicológico da pessoa que, por malícia, voluntária e conscientemente, pratica, em proveito próprio, qualquer ato que tem por fim induzir alguém em erro, ou causar-lhe dano”.

O último elemento é caracterizado após a má-fé, quando os danos são os prejuízos resultantes da confiança da vítima na afirmação falsa. O ônus do processo da falsificação cai para a população, que, deve reconhecer as formas de prevenção da lavagem de dinheiro falso.

2.4.2 Lavagem de dinheiro falso

A lavagem de dinheiro não é uma atividade primária. Para ser realizada é necessária a matéria-prima (dinheiro) que, nesse caso, é produzida através de uma atividade criminosa de falsificação de dinheiro. A figura 9 demonstra em síntese o crime da falsificação de dinheiro inserido no meio circulante.



Figura 9: Meio circulante X Falsificação

Fonte: Autor

Tanto no caso de dinheiro obtido ilicitamente pelas organizações criminosas, pelo tráfico de drogas, de armas, terrorismo quanto na falsificação do papel moeda, para ser utilizado na economia com uma aparência legal, ele deve passar pelo processo da “lavagem”. Estes crimes vêm preocupando os países, a ponto de realizarem convenções sobre o tema. O Conselho da Europa assinou no ano de 2005, na Convenção de Varsóvia, uma lista de

infrações que permite o confisco e apreensão de bens utilizados ou a utilizar no financiamento do crime organizado, ainda que oriundo de forma lícita. Sanctis (2008, p. 12) expõe a lista de infrações antecedentes:

participação em uma associação criminosa e extorsão; terrorismo e financiamento do terrorismo; tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal; exploração sexual, incluindo a exploração sexual de crianças; tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; tráfico de armas; tráfico ilícito de coisas, nomeadamente furtadas; corrupção e suborno; fraude; contrafação de moeda; contrafação e pirataria de produtos; crimes contra o meio ambiente; homicídio e ofensas corporais graves; rapto, seqüestro e extorsão mediante seqüestro; roubo ou furto; contrabando; extorsão; falsificação; *insider trading* e manipulação de mercados.

A lavagem de dinheiro está presente na falsificação do meio circulante, há diversas formas de inclusão destas cédulas na economia. Segundo o sítio eletrônico Monitor das Fraudes (2008), funcionários de empresas de valores no ato de abastecer os caixas eletrônicos fazem a inclusão do dinheiro falso e acabam usurpando o verdadeiro, ou seja, é feita a troca.

Parodi (2005, p.142) apresenta um exemplo famoso na imprensa de Manoel Martinho Rafael:

Com técnica apurada e um esquema igual ao de qualquer empresa regular, comandou entre 2003 e 2004 um negócio que fez circular a cada mês 1 milhão de reais falsos. Ele mantinha nove funcionários em três pontos diferentes da capital paulista. Num escritório, recebia encomendas de dinheiro falso. Em outro, produzia notas de 5, 10 e 50 reais. Um terceiro local era o ponto de distribuição. Vendia seu produto à base de 10 notas falsas por uma verdadeira. Seus clientes em cinco estados revendiam seis cópias, calcula a polícia, por uma de verdade. Martinho fazia remessas por Sedex, motoqueiros ou táxis.

Santos (2006, p.13) ressalta que 86% das fraudes e golpes não acontecem por habilidades dos falsários, mas por desinformação, boa-fé e ingenuidade das vítimas. O olho grande e a ganância são os principais fatores que induzem as vítimas a acharem que estão fazendo um grande negócio.

2.5 A LEI E A ORDEM

Nesta seção apresenta-se a pena prevista para quem tentar colocar dinheiro falso em circulação e a obrigação da Polícia Federal no que tange a falsificação de dinheiro.

2.5.1 Crime e Pena

A falsificação é crime previsto pelo artigo 289 do Código Penal, com pena prevista de 3 a 12 anos de prisão. Quem tentar colocar uma cédula falsa em circulação depois de tomar conhecimento de sua falsidade, mesmo que a tenha recebido de boa-fé, pode ser condenado a

uma pena de seis meses a dois anos de detenção. O Código Penal Brasileiro dispõe sobre o crime de moeda falsa:

Art. 289 - Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro:

Pena - reclusão, de três a doze anos, e multa.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem, por conta própria ou alheia, importa ou exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

§ 2º - Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 3º - É punido com reclusão, de três a quinze anos, e multa, o funcionário público ou diretor, gerente, ou fiscal de banco de emissão que fabrica, emite ou autoriza a fabricação ou emissão:

I - de moeda com título ou peso inferior ao determinado em lei;

II - de papel-moeda em quantidade superior à autorizada.

§ 4º - Nas mesmas penas incorre quem desvia e faz circular moeda, cuja circulação não estava ainda autorizada.

Art. 290 - Formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros; suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização; restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Parágrafo único - O máximo da reclusão é elevado a doze anos e multa, se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo.

Art. 291 - Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Santos (2006, p.12) afirma que “a fraude provoca prejuízos de milhões de reais. O combate a essa ação permanente e corrosiva nas empresas exige uma política de ética em todos os escalões e rotinas preventivas que impeçam o início da prática fraudulenta”.

Segundo Banfield (1974 p.239):

Podemos admitir que o indivíduo percebe várias possibilidades de ação; ele escolhe, entre elas, uma que lhe acarretará, segundo pensa; a máxima utilidade. Calcula os benefícios e os custos para ele próprio de atuar de acordo com cada alternativa e escolhe aquela que promete o maior benefício líquido. Conta como benefício o dinheiro ou outros bens materiais que espera ganhar em decorrência da ação, qualquer satisfação que espera auferir do seu desempenho e quaisquer ganhos indiretos que espere extrair disso.

Para inibir as falsificações é necessário punir adequadamente, elaborando leis que intimidem a continuidade de tais atos ilícitos. O Poder Legislativo não pode se omitir pela realidade a que vivemos. É imprescindível discutir as possibilidades de normas e técnicas de prevenção e que resultem a limitação da violência no País, pois o dinheiro falso impregnado na economia financia o crime organizado.

2.5.2 Polícia Federal

A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se conforme o Art. 144, parágrafo primeiro, inciso I da Constituição Federal, “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei”.

Segundo Parodi (2005, p. 142) “a polícia não sabe quanto tempo uma nota falsa consegue ficar em circulação até ser desmascarada. A certeza que se tem é a de que os produtores costumam ter laços familiares entre si, para amarrar cumplicidades”.

O sítio eletrônico PE 360 graus (2009) salienta que enquanto as quadrilhas sofisticam as técnicas de falsificação, a Polícia Federal tenta aperfeiçoar o trabalho de identificação. Os equipamentos modernos garantem mais segurança aos peritos, que recebem a ajuda da tecnologia para perceber os truques que as cédulas falsas, não conseguem reproduzir.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa referente ao montante das cédulas apreendidas no Estado de Santa Catarina, tomando-se como base as apreensões realizadas pelo Banco do Brasil, BB BESC e Caixa Econômica Federal, nos anos de 2007 e 2008.

A evidenciação da distribuição da amostra é apresentada por quatro perspectivas:

- Inicialmente, é apresentado a característica econômica e o montante da falsificação por região do Estado e sua evolução nos anos de 2007 e 2008;
- Em seguida, é demonstrado o ranking dos municípios mais afetados e as cédulas de maior incidência nas apreensões.
- Após, é identificada a quantidade de cédulas apreendidas e o montante do prejuízo auferido no Estado, sob a forma anual.
- Por fim, são comparados os resultados entre os anos analisados.

3.1 AS REGIÕES E A FALSIFICAÇÃO

Nesta seção apresenta-se a o estudo individual por região do Estado e sua evolução das apreensões feitas pelas instituições financeiras no período analisado.

3.1.1 Oeste

O Oeste de Santa Catarina (conforme a divisão apresentada neste trabalho) possui a maior concentração de cidades (76) que representam 25,94% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população do Oeste em 2008 atingiu a marca de 727.014 habitantes - 12,01% da população de Santa Catarina.

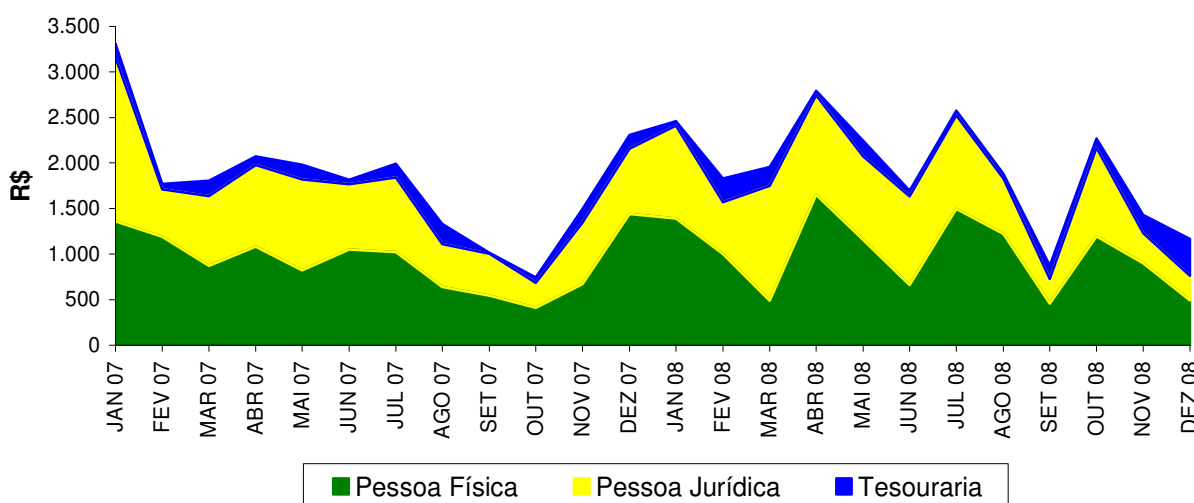
Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região se destaca na agropecuária com 23,62% na composição do PIB do setor. Indústria e serviços representam 9,90% e 9,59% respectivamente (IBGE, 2006).

Os municípios do Oeste de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Chapecó, Xanxerê, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste e Xaxim, que juntos representam 50,83% do PIB regional.

No que tange a falsificação de dinheiro, é responsabilidade da instituição financeira encaminhar as cédulas suspeitas de falsificação. Segundo o DESIG - Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação do BACEN, a rede bancária no Oeste é composta por 110 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 86 agências, ou seja, 78,18% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve uma redução de 3,39% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu a redução de 531 em 2007 para 513 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 21.640,00 em 2007 para R\$ 23.180,00 em 2008, representando um aumento de 7,12%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor.

O Gráfico 1 identifica a distribuição mensal destas falsificações e os maiores prejudicados na Região Oeste nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	3.310	1.770	1.805	2.075	1.980	1.815	1.990	1.330	1.015	745	1.495	2.310	21.640
2008	2.460	1.830	1.957	2.795	2.245	1.694	2.577	1.880	875	2.270	1.430	1.167	23.180
TOTAL	5.770	3.600	3.762	4.870	4.225	3.509	4.567	3.210	1.890	3.015	2.925	3.477	44.820
	12,87%	8,03%	8,39%	10,87%	9,43%	7,83%	10,19%	7,16%	4,22%	6,73%	6,53%	7,76%	100,00%
Variação	-25,68%	3,39%	8,42%	34,70%	13,38%	-6,67%	29,50%	41,35%	13,79%	204,70%	4,35%	-49,48%	7,12%

Gráfico 1: Falsificação no Oeste x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o primeiro trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 29,29% do prejuízo acumulado, possivelmente decorrente do efeito do verão. Janeiro com 12,87% é o mês com maiores apreensões no Oeste catarinense. Setembro com 4,22% é o período com menor percentual de retenções.

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 51,74% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 41,14% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (7,11%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.2 Meio-Oeste

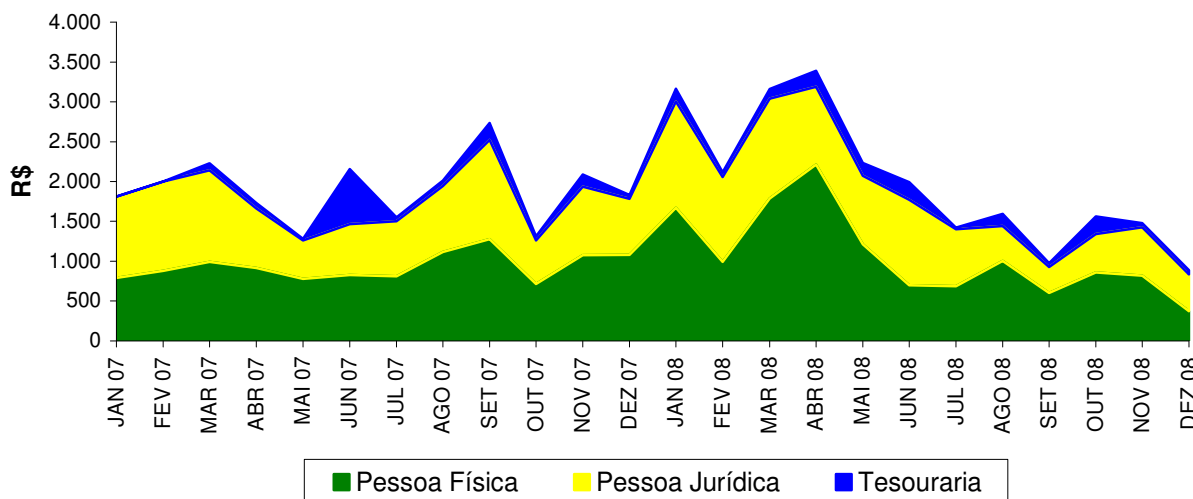
O Meio-Oeste de Santa Catarina possui a segunda maior concentração de municípios (62) que representam 21,16% das cidades Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população do Meio-Oeste em 2008 atingiu a marca de 727.336 habitantes - 12,02% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região se destaca na agropecuária com 26,88% na composição do PIB do setor em SC. O setor industrial e serviços representam 13,62% e 9,60% respectivamente (IBGE, 2006).

Os municípios do Meio-Oeste de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Concórdia, Videira, Caçador, Canoinhas, Joaçaba e Fraiburgo, que juntos representam 48,48% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária no Meio-Oeste é composta por 119 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 82 agências, ou seja, 68,91% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, nas retenções feitas pelas instituições financeiras destaca-se uma estabilidade no período, ambas com 608 apreensões de cédulas falsas de Real. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 22.720,00 em 2007 para R\$ 23.957,00 em 2008, representando um aumento de 5,44%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor.

O Gráfico 2 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações na Região do Meio-Oeste, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	1.810	2.000	2.227	1.730	1.280	2.153	1.550	2.010	2.735	1.310	2.085	1.830	22.720
2008	3.165	2.115	3.160	3.390	2.230	1.990	1.420	1.592	975	1.560	1.475	885	23.957
TOTAL	4.975	4.115	5.387	5.120	3.510	4.143	2.970	3.602	3.710	2.870	3.560	2.715	46.677
	10,66%	8,82%	11,54%	10,97%	7,52%	8,88%	6,36%	7,72%	7,95%	6,15%	7,63%	5,82%	100,00%
Variação	74,86%	5,75%	41,89%	95,95%	74,22%	7,57%	8,39%	20,80%	64,35%	19,08%	29,26%	51,64%	5,44%

Gráfico 2: Falsificação no Meio-Oeste x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o primeiro trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 31,02% do prejuízo acumulado. Março com 11,54% é o mês com maiores apreensões no Meio-Oeste catarinense. O menor percentual de retenções é 6,15% no mês de Outubro e 6,36% em Julho.

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 51,75% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 42,02% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (6,23%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.3 Nordeste, Planalto Norte e Litoral Norte

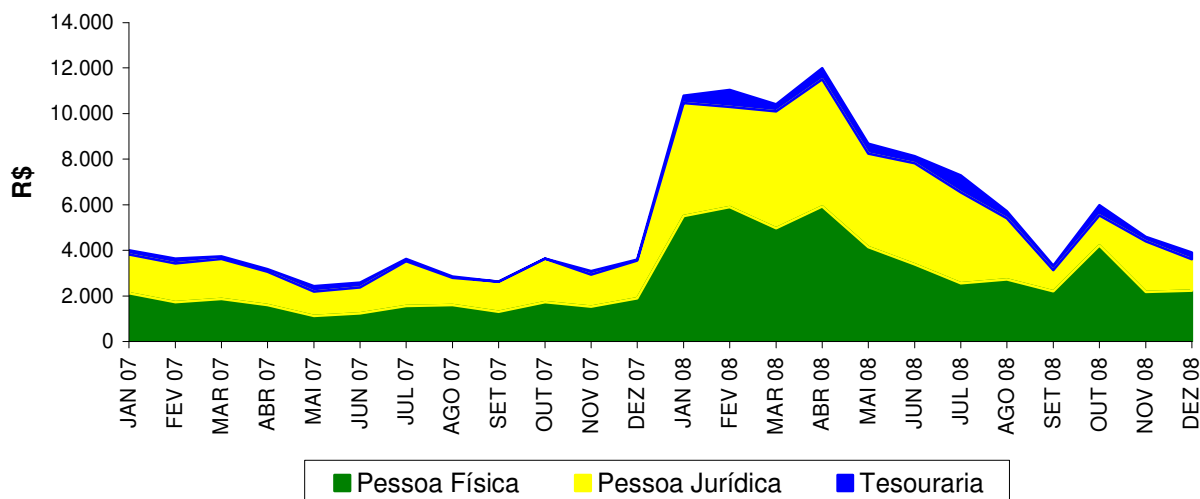
O Nordeste, Planalto Norte e Litoral Norte de Santa Catarina possuem 20 cidades que representam 6,83% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população desta região em 2008 atingiu a marca de 1.048.799 habitantes - 17,33% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região se destaca na indústria com 29,23% e serviços 20,69% na composição do PIB do setor em SC. O setor agropecuário representa 8,79% (IBGE, 2006).

Os municípios desta região de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e São Bento do Sul, que juntos representam 82,65% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária no Nordeste, Planalto Norte e Litoral Norte Catarinense são compostos por 137 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 70 agências, ou seja, 51,09% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve um aumento de 87,14% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu um aumento de 1.050 em 2007 para 1.965 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 39.007,00 em 2007 para R\$ 91.847,00 em 2008, representando um aumento de 135,46%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor.

O Gráfico 3 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações na Região Nordeste, Planalto Norte e Litoral Norte, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	4.002	3.640	3.730	3.175	2.430	2.589	3.625	2.856	2.630	3.635	3.095	3.600	39.007
2008	10.787	11.042	10.402	11.997	8.682	8.125	7.290	5.709	3.334	5.984	4.590	3.905	91.847
TOTAL	14.789	14.682	14.132	15.172	11.112	10.714	10.915	8.565	5.964	9.619	7.685	7.505	130.854
	11,30%	11,22%	10,80%	11,59%	8,49%	8,19%	8,34%	6,55%	4,56%	7,35%	5,87%	5,74%	100,00%
Variação	169,54%	203,35%	178,9%	277,9%	257,3%	213,8%	101,1%	99,89%	26,77%	64,62%	48,30%	8,47%	135,46%

Gráfico 3: Falsificação na Região de Joinville x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o primeiro trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 33,32% do prejuízo acumulado. Abril com 11,59% é o mês com maiores apreensões no Nordeste, Planalto e Litoral norte catarinense. Com 4,56%, o mês de setembro apresenta o menor índice de retenções do período.

Vale ressaltar que houve derramamento significativo no primeiro trimestre de 2008. Janeiro e Fevereiro tiveram aumento de 169,54% e 203,35% quando comparados com o mesmo período de 2007. Nesse período, quatro pessoas foram detidas com mais de 130 mil reais em notas falsas (Ação Penal nº 2008.72.01.000212-6). A Polícia Militar informou que esta foi uma das maiores apreensões de dinheiro falso ocorridas na cidade (MPF ASCOM).

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 49,82% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 45,37% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (4,80%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.4 Vale do Itajaí

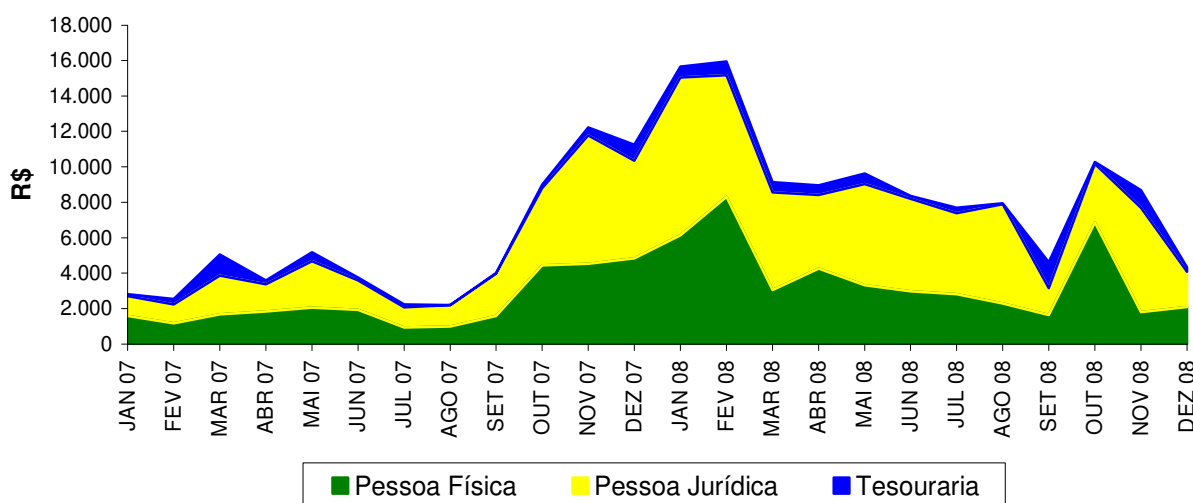
O Vale do Itajaí possui 49 cidades que representam 16,72% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população do Vale do Itajaí em 2008 atingiu a marca de 993.092 habitantes - 16,41% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região se destaca na indústria com 20,35% na composição do PIB do setor em SC. O setor de serviços e o agropecuário representam 16,18% e 14,78% respectivamente (IBGE, 2006).

Os municípios desta região de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Blumenau, Brusque, Rio do Sul, Gaspar e Indaial, que juntos representam 66,77% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária no Vale do Itajaí é composta por 164 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 99 agências, ou seja, 60,37% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve um aumento de 56,07% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu um aumento de 1.466 em 2007 para 2.288 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 63.861,00 em 2007 para R\$ 111.195,00 em 2008, representando um aumento de 74,12%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor.

O Gráfico 4 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações na Região do Vale do Itajaí, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	2.815	2.550	5.055	3.585	5.185	3.755	2.242	2.205	4.014	8.995	12.215	11.245	63.861
2008	15.649	15.937	9.132	8.952	9.619	8.354	7.700	7.940	4.617	10.279	8.684	4.332	111.195
TOTAL	18.464	18.487	14.187	12.537	14.804	12.109	9.942	10.145	8.631	19.274	20.899	15.577	175.056
	10,55%	10,56%	8,10%	7,16%	8,46%	6,92%	5,68%	5,80%	4,93%	11,01%	11,94%	8,90%	100,00%
Variação	455,91%	524,98%	80,7%	149,7%	85,5%	122,5%	243,4%	260,1%	15,02%	14,27%	- 28,91%	- 61,48%	74,12%

Gráfico 4: Falsificação no Vale do Itajaí x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o quarto trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 31,85% do prejuízo acumulado. Novembro com 11,94% é o mês com maiores apreensões no Vale do Itajaí. Com 4,93%, o mês de setembro apresenta o menor índice de retenções do período.

Vale destacar o aumento significativo de setembro para outubro. As festas no período atraem turistas de todo o Brasil. Em Blumenau, a Oktoberfest movimenta a economia do município e região, com a ocupação total dos leitos da rede hoteleira, aumento de 8% nas vendas do varejo, além da geração de 1,2 mil empregos diretos e indiretos para atender aos turistas (SANTUR).

Segundo o Jornal de Santa Catarina (2008), vinte e três notas falsas passaram pelos guichês da 25ª Oktoberfest, em Blumenau, nos seis primeiros dias de festa. Dezoito delas eram de R\$ 100 e o restante, de R\$ 50. Cinco pessoas foram presas tentando pagar comida, bebida e ingresso com dinheiro sem validade. Esse é apenas um exemplo de tentativa de inserção do dinheiro na economia local durante a festa. Segundo Luiz Fernando Ferreira, ex-chefe da divisão do meio circulante do Besc, explica que por se tratar de uma festa que concentra o maior número de pessoas em relação as outras, o golpista se sente mais a vontade para repassá-las (A Notícia).

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 52,11% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Jurídica. Logo em seguida, vem a Pessoa Física que amargou 41,79% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (6,10%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.5 Região de Itajaí - Rota do Sol – Litoral

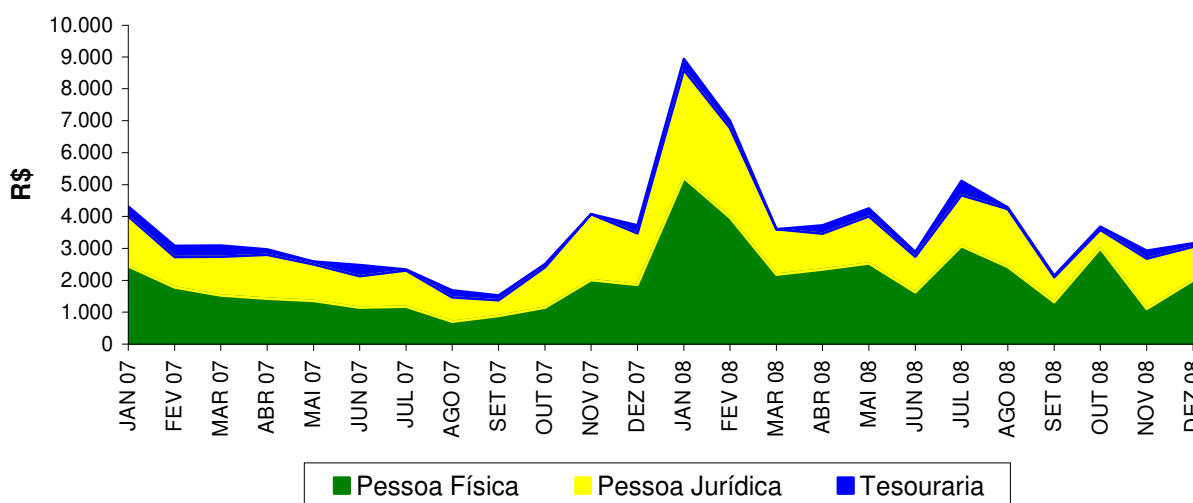
A Rota do Sol – Litoral possui 11 cidades que representam 3,75% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população da região de Itajaí em 2008 atingiu a marca de 501.958 habitantes – 8,29% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região se destaca em serviços com 12,43% na composição do PIB do setor em SC. O setor industrial e o agropecuário representam 5,00% e 3,25% respectivamente (IBGE, 2006).

Os municípios desta região de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Itajaí e Balneário Camboriú, que juntos representam 79,20% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária na Rota do Sol é composta por 57 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 27 agências, ou seja, 47,37% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve um aumento de 25,82% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu um aumento de 825 em 2007 para 1.038 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 34.362,00 em 2007 para R\$ 51.705,00 em 2008, representando um aumento de 50,47%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor.

O Gráfico 5 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações na Região de Itajaí, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	4.310	3.080	3.090	2.965	2.590	2.480	2.340	1.685	1.525	2.507	4.070	3.720	34.362
2008	8.940	6.996	3.600	3.717	4.252	2.890	5.115	4.284	2.142	3.680	2.927	3.162	51.705
TOTAL	13.250	10.076	6.690	6.682	6.842	5.370	7.455	5.969	3.667	6.187	6.997	6.882	86.067
	15,39%	11,71%	7,77%	7,76%	7,95%	6,24%	8,66%	6,94%	4,26%	7,19%	8,13%	8,0%	100,00%
Variação	107,42%	127,14%	16,5%	25,4%	64,2%	16,5%	118,6%	154,2%	40,46%	46,79%	-28,08%	-15,0%	50,47%

Gráfico 5: Falsificação na Região de Itajaí x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o primeiro trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 34,87% do prejuízo acumulado. Janeiro com 15,39% é o mês com maiores apreensões na região de Itajaí. Com 4,26%, o mês de setembro apresenta o menor índice de retenções do período.

Vale destacar, que o volume apreendido em janeiro e fevereiro representam 27,1% do total de prejuízo acumulado no período 2007 e 2008. Balneário Camboriú, Bombinhas e Porto Belo são municípios muito procurados em virtude de suas praias.

Balneário Camboriú chega a receber mais de um milhão de turistas na alta temporada de verão. A cidade é servida pelo Aeroporto Internacional de Navegantes e conta com uma rede hoteleira com mais de 20 mil leitos, o que assegura intenso fluxo turístico o ano inteiro (SANTUR).

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 55,95% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 38,67% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (5,39%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.6 Grande Florianópolis

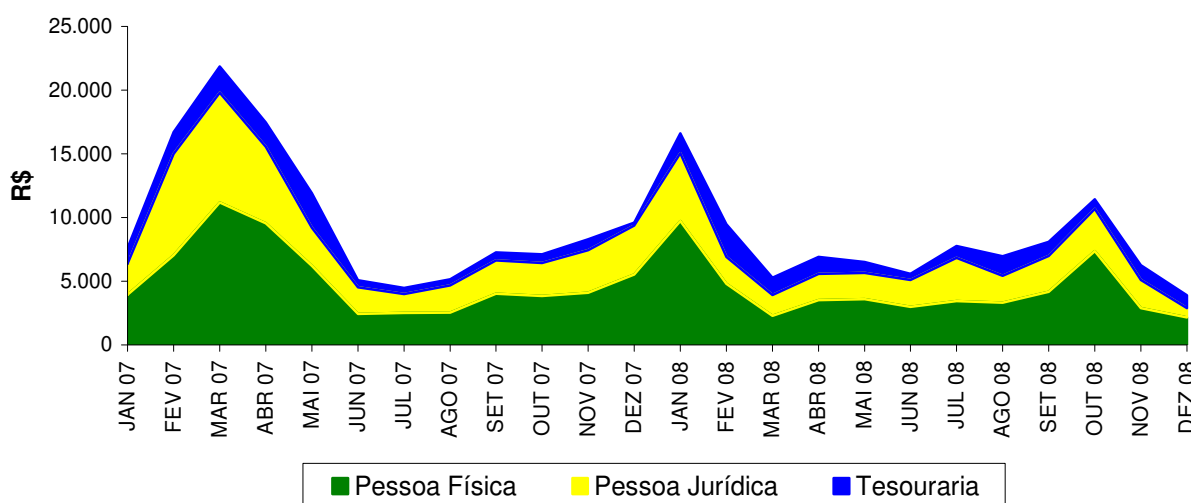
A região de Florianópolis possui 13 cidades que representam 4,44% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população da região de Florianópolis em 2008 atingiu a marca de 848.305 habitantes – 14,02% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região se destaca em serviços com 17,15% na composição do PIB do setor em SC. O setor industrial e o agropecuário representam 6,64% e 3,70% respectivamente (IBGE, 2006).

Os municípios desta região de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, que juntos representam 94,93% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária na Região de Florianópolis é composta por 129 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 67 agências, ou seja, 51,94% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve uma redução de 25,12% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu uma baixa de 2.683 em 2007 para 2.009 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 122.475,00 em 2007 para R\$ 94.697,00 em 2008, representando uma redução de 22,68%.

O Gráfico 6 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações na Região da Grande Florianópolis, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	7.615	16.705	21.855	17.445	11.905	5.060	4.455	5.135	7.260	7.120	8.310	9.610	122.475
2008	16.607	9.480	5.267	6.885	6.504	5.565	7.781	6.959	8.095	11.431	6.236	3.887	94.697
TOTAL	24.222	26.185	27.122	24.330	18.409	10.625	12.236	12.094	15.355	18.551	14.546	13.497	217.172
	11,15%	12,06%	12,49%	11,20%	8,48%	4,89%	5,63%	5,57%	7,07%	8,54%	6,70%	6,2%	100,00%
Variação	118,08%	43,25%	-75,9%	-60,5%	45,4%	10,0%	74,7%	35,5%	11,50%	60,55%	24,96%	59,6%	-22,68%

Gráfico 6: Falsificação na Grande Florianópolis x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o primeiro trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 35,7% do prejuízo acumulado. Fevereiro e Março com 12,06% e 12,49% são os meses com maiores apreensões na região da Grande Florianópolis. Com 4,89%, o mês de junho apresenta o menor índice de retenções do período.

Vale destacar que os dois maiores picos apresentados no gráfico referem-se à alta temporada. Segundo Firmino e Chagas (2009), é crescente fluxo de pessoas que visitam a Ilha na época do veraneio. Este fluxo é constituído, além do mercado nacional, por um grande contingente de turistas provindos de outros países, principalmente da Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Além dos turistas, a Região de Florianópolis atrai falsificadores de outros estados, vale destacar que em novembro de 2007 a polícia militar prendeu quatro homens, todos provenientes de Caxias do Sul (RS), com 119 notas falsas de dez reais. As cédulas tinham o mesmo número de série (Detector de Fraudes).

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 52,05% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 34,96% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (13,00%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.7 Serra Catarinense

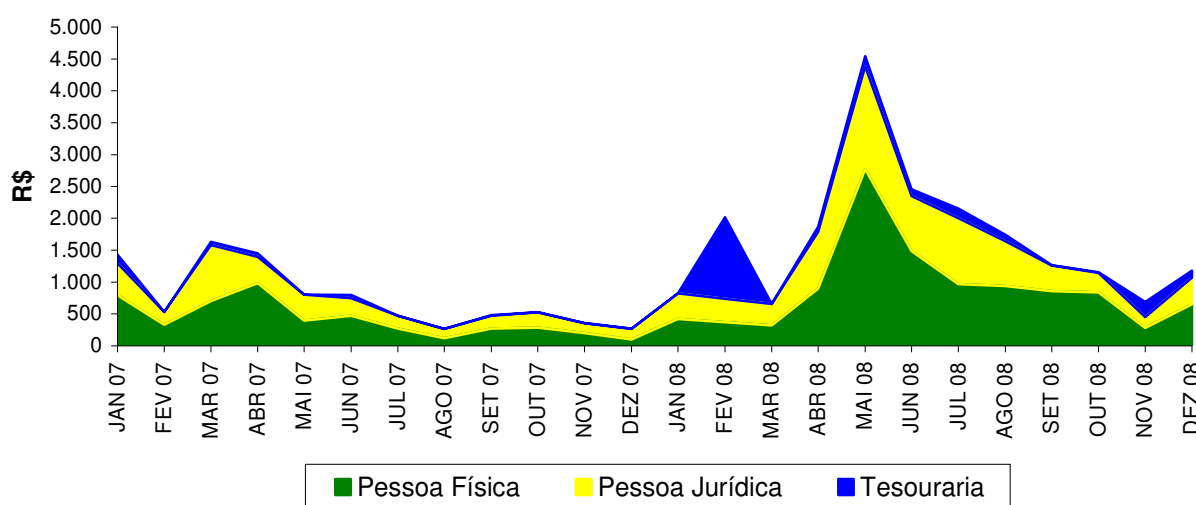
A Serra possui 17 cidades que representam 5,80% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população da Serra Catarinense em 2008 atingiu a marca de 295.512 habitantes – 4,88% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região apresenta somente a sexta colocação do setor agropecuário com 6,08% na composição do PIB do setor em SC. O setor industrial e serviços representam 3,64% e 3,32% respectivamente (IBGE, 2006).

Os municípios desta região de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto e São Joaquim, que juntos representam 83,43% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária na Serra Catarinense é composta por 40 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 24 agências, ou seja, 60,00% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve um aumento de 109,88% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu um aumento de 243 em 2007 para 510 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 9.002,00 em 2007 para R\$ 20.524,00 em 2008, representando um aumento de 127,99%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor.

O Gráfico 7 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações na Serra Catarinense, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	1.430	530	1.630	1.450	800	795	470	265	480	527	355	270	9.002
2008	820	2.015	655	1.867	4.545	2.450	2.150	1.740	1.262	1.155	685	1.180	20.524
TOTAL	2.250	2.545	2.285	3.317	5.345	3.245	2.620	2.005	1.742	1.682	1.040	1.450	29.526
	7,62%	8,62%	7,74%	11,23%	18,10%	10,99%	8,87%	6,79%	5,90%	5,70%	3,52%	4,9%	100,00%
Varição	-42,66%	280,19%	-59,8%	28,8%	468,1%	208,2%	357,4%	556,6%	162,92%	119,17%	92,96%	337%	127,99%

Gráfico 7: Falsificação na Serra Catarinense x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o segundo trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 40,32% do prejuízo acumulado. Maio com 18,10% é o mês com maiores apreensões na Serra catarinense. Com 3,52%, o mês de novembro apresenta o menor índice de retenções do período.

Vale ressaltar o pico no mês de Maio 2008, que representou um aumento de 468,13% em relação ao mesmo período de 2007. Cidades como Bom Jardim da Serra, Urubici, Urupema, São Joaquim e Lages vêm atraindo milhares de pessoas a subir a serra para desfrutar da vida nas fazendas de turismo rural e curtir o frio do lugar mais gelado do Brasil,

onde a temperatura chega até 10 graus negativos (SANTUR). Segundo o Correio Lageano “devido à Festa Nacional do Pinhão, Lages acaba recebendo muitos criminosos nesta época. Principalmente no que se refere à emissão de dinheiro falso”.

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 53,23% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 38,17% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (8,60%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.1.8 Litoral Sul

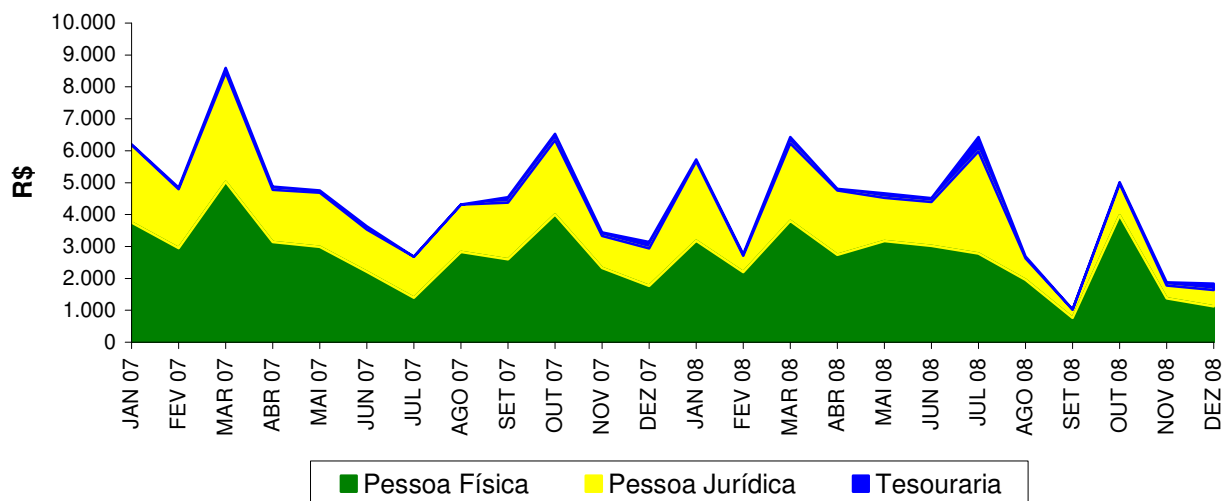
O litoral Sul possui 45 cidades que representam 15,36% dos municípios Catarinenses. Segundo a adaptação dos dados apresentados pela FIESC – Santa Catarina em Dados (2009), a população do Litoral Sul em 2008 atingiu a marca de 910.571 habitantes – 15,04% da população de Santa Catarina. Dentre os setores que compõem a economia no Estado, a região está equilibrada na composição do PIB, contribuindo no setor agropecuário, industrial e serviços respectivamente com 12,90%, 11,62% e 11,04% (IBGE, 2006).

Os municípios desta região de maior destaque no PIB Catarinense segundo o IBGE (2006), são: Criciúma, Tubarão, Imbituba, Içara e Araranguá, que juntos representam 51,64% do PIB regional.

Segundo o DESIG-BACEN, a rede bancária no Litoral Sul é composta por 130 agências em funcionamento (posição em 02/01/2008) sob a supervisão do Banco Central. A amostra da pesquisa compreende 89 agências, ou seja, 68,46% do total de agências bancárias da região.

Observando o Apêndice A, constata-se que no período analisado, houve uma redução de 31,21% nas apreensões de dinheiro falso. Ou seja, em termos de quantidade de cédulas apreendidas, ocorreu uma queda de 1.573 em 2007 para 1.082 em 2008. Por outro lado, o prejuízo monetário passou de R\$ 57.545,00 em 2007 para R\$ 47.763,00 em 2008, representando uma redução de 17%. Isso indica que, no ano de 2008, houve um aumento na falsificação das cédulas de maior valor, pois o percentual de redução em valores monetários foi inferior ao percentual de quantidades apreendidas.

O Gráfico 8 identifica o período de prejuízo e os maiores prejudicados pelas falsificações no Litoral Sul, nos anos de 2007 e 2008.



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	6.200	4.845	8.592	4.875	4.752	3.630	2.680	4.309	4.547	6.530	3.445	3.140	57.545
2008	5.725	2.762	6.425	4.802	4.669	4.510	6.433	2.690	1.020	5.015	1.875	1.837	47.763
TOTAL	11.925	7.607	15.017	9.677	9.421	8.140	9.113	6.999	5.567	11.545	5.320	4.977	105.308
	11,32%	7,22%	14,26%	9,19%	8,95%	7,73%	8,65%	6,65%	5,29%	10,96%	5,05%	4,7%	100,00%
Variação	-7,66%	42,99%	-25,2%	-1,5%	-1,7%	24,2%	140%	37,6%	77,57%	23,20%	45,57%	-41%	-17,00%

Gráfico 8: Falsificação no Litoral Sul x Prejudicados

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que o primeiro trimestre é o período de maior prejuízo para a região, com 32,8% do prejuízo acumulado. Março com 14,26% é o mês com maiores apreensões no litoral sul catarinense. Com 5,29%, 5,05% e 4,73%, os meses de Setembro, Novembro e Dezembro apresentam o menor índice de retenções do período. Vale ressaltar o tradicional Carnaval de rua de Laguna, que recebe um fluxo intenso de turistas nesse período.

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 61,77% dos prejuízos totais da região ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 35,70% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (2,53%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

3.2 Ranking

Nesta seção apresentam-se os municípios que tiveram maiores retenções de dinheiro falso no Estado de Santa Catarina. São apresentados os valores de face e as numerações com maiores índices de falsificação.

3.2.1 Dos municípios mais afetados pela falsificação

No período analisado, Florianópolis é o município catarinense campeão em apreensão de dinheiro falso com 14,53% das retenções feitas pelas instituições financeiras no Estado. As 2.760 cédulas apreendidas representaram um prejuízo de R\$ 126.314,00.

O Quadro 4 apresenta os 20 municípios líderes em apreensões nos anos de 2007 e 2008.

Posição	Município	Região	Nº Cédulas	Santa Catarina	Prejuízo (R\$)
1	Florianópolis	Grande Florianópolis	2760	14,53%	126.314,00
2	Blumenau	Vale do Itajaí	1592	8,38%	79.101,00
3	Joinville	Norte	1458	7,68%	62.919,00
4	São José	Grande Florianópolis	726	3,82%	33.441,00
5	Lages	Serra Catarinense	623	3,28%	24.284,00
6	Baln. Camboriú	Itajaí e Região	607	3,20%	27.565,00
7	Palhoça	Grande Florianópolis	544	2,86%	26.097,00
8	Itajaí	Itajaí e Região	541	2,85%	24.514,00
9	Criciúma	Litoral Sul	472	2,49%	16.119,00
10	Jaraguá do Sul	Norte	447	2,35%	19.164,00
11	Tubarão	Litoral Sul	425	2,24%	17.319,00
12	Chapecó	Oeste	372	1,96%	15.973,00
13	Biguaçu	Grande Florianópolis	310	1,63%	14.525,00
14	Brusque	Vale do Itajaí	295	1,55%	12.890,00
15	Rio do Sul	Vale do Itajaí	253	1,33%	11.080,00
16	Imbituba	Litoral Sul	214	1,13%	9.872,00
17	Concórdia	Meio-Oeste	196	1,03%	7.453,00
18	Itapema	Itajaí e Região	193	1,02%	9.204,00
19	Tijucas	Vale do Itajaí	180	0,95%	7.767,00
20	Navegantes	Itajaí e Região	164	0,86%	7.535,00

Quadro 4 – Municípios com maiores apreensões de cédulas falsas de Real

Fonte: Dados pesquisados

Na segunda colocação, Blumenau, município do Vale do Itajaí, com 1.592 apreensões totalizando o prejuízo de R\$ 79.101,00. Joinville desponta em terceiro com 7,68% das cédulas retidas no Estado.

A Grande Florianópolis está representada por quatro municípios entre os vinte primeiros da lista. Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu apreenderam R\$ 200.377,00, ou

seja, a cada R\$ 100 retidos pelas instituições, R\$ 23,98 foram oriundos destes municípios. Lages é o quinto município com maior índice de apreensões, mas ao se tratar de prejuízo perde a posição para Balneário Camboriú.

3.2.2 As cédulas mais falsificadas

Apresentam-se as cédulas de maior incidência nas apreensões participantes da amostra no período de 2007 e 2008. Segundo Parodi (2005, p. 143) “a nota de R\$ 50 é o alvo preferencial das quadrilhas de falsários. A segunda mais falsificada é a nota de R\$ 10”.

Esses valores de face são evidenciados no quadro 5.

Valor de Face	Quantidade	Prejuízo (R\$)	Participação (Quantidade)
1,00	33	33,00	0,17%
2,00	81	162,00	0,43%
5,00	609	3.045,00	3,21%
10,00	2.002	20.020,00	10,54%
20,00	1.251	25.020,00	6,59%
50,00	14.288	714.400,00	75,23%
100,00	728	72.800,00	3,83%
Total	18.992	835.480,00	100,00%

Quadro 5 – Valor de Face

Fonte: Dados pesquisados

Nota-se que Parodi estava certo na sua afirmação, a cédula de cinquenta reais foi responsável em 75,23% do montante de cédulas. Com 2.002 cédulas retidas, a face de dez reais é a segunda colocada na classificação geral.

Segundo o BACEN (2009, p.12) “não existem duas cédulas, de mesma denominação, com a mesma numeração”. Os falsificadores não respeitam essa regra, a numeração recorde da amostra pesquisada é a “C3445057228A” de R\$ 50,00 com 841 cédulas coincidentes.

O quadro 6 apresenta as vinte numerações mais visadas nas apreensões.

Posição	Numeração	Quantidade	Valor de Face
1	C344 450572 28A	841	50,00
2	C384 450572 94A	833	50,00
3	C324 450572 57A	802	50,00
4	C394 450572 98A	790	50,00
5	A4716095072A	371	20,00
6	D2860020825A	319	50,00
7	B5360020628C	319	50,00
8	D2360020629C	299	50,00
9	B9260020623A	286	50,00
10	B7778000818A	230	50,00
11	C9416010559C	128	10,00
12	C6368054766A	55	50,00
13	A0329066409A	54	100,00
14	C4230098539A	53	50,00
15	C4230091676A	52	50,00
16	C4287011472A	51	50,00
17	B7788000818A	46	50,00
18	A2070053696D	46	10,00
19	C4230092383A	43	50,00
20	C4230091665A	43	50,00

Quadro 6 – Numeração Coincidente

Fonte: Dados pesquisados

Note-se que é possível deduzir que a numeração apresentada entre a primeira e a quarta posição, foram elaboradas pelo mesmo grupo falsificador. Ambas apresentam o intervalo “450572” entre a série e o número de ordem na composição da numeração.

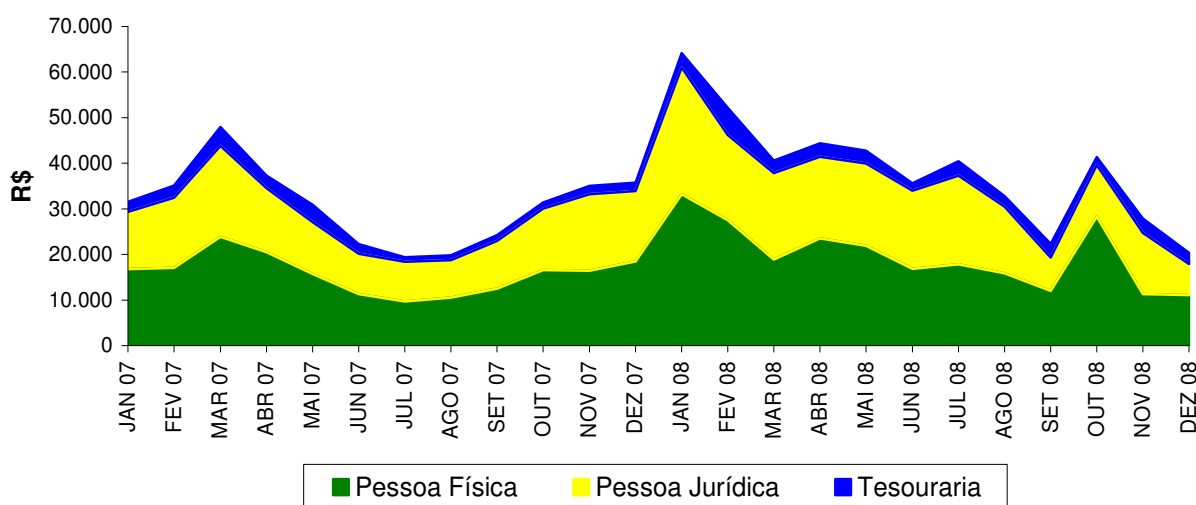
3.3 SANTA CATARINA E A FALSIFICAÇÃO

Nesta seção apresenta-se a evolução das apreensões feitas pelas instituições financeiras entre as regiões de Santa Catarina no período analisado.

3.3.1 Os maiores prejudicados no Estado

Segundo a amostra do Banco do Brasil, BB BESC e Caixa Econômica Federal, os maiores prejudicados no período pela falsificação de dinheiro no Estado de Santa Catarina foram as Pessoas Físicas (PF) com 51,19% do prejuízo total, representando um montante de R\$ 427.643,00. Pessoas Jurídicas (PJ) e Tesouraria (T) representam respectivamente 41,50% (R\$ 346.698,00) e 7,32% (R\$ 61.139,00).

O Gráfico 9 mostra os maiores prejudicados no período 2007 e 2008:



ANO	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
2007	31.492	35.120	47.984	37.300	30.922	22.277	19.352	19.795	24.206	31.369	35.070	35.725	370.612
2008	64.153	52.177	40.598	44.405	42.746	35.578	40.466	32.794	22.320	41.374	27.902	20.355	464.868
TOTAL	95.645	87.297	88.582	81.705	73.668	57.855	59.818	52.589	46.526	72.743	62.972	56.080	835.480
	11,45%	10,45%	10,60%	9,78%	8,82%	6,92%	7,16%	6,29%	5,57%	8,71%	7,54%	6,7%	100,00%
Varição	103,71%	48,57%	-15,4%	19,0%	38,2%	59,7%	109%	65,7%	-7,79%	31,89%	-20,44%	-43%	25,43%

Gráfico 9: Os maiores prejudicados no Estado – 2007 e 2008

Fonte: Dados pesquisados

Observando o Apêndice B, o período mais crítico para as pessoas físicas e jurídicas foi no mês de janeiro 2008 com um prejuízo de R\$ 33.227,00 e R\$ 27.811,00 respectivamente. As tesourarias de instituições financeiras tiveram no mês de fevereiro de 2008 o maior prejuízo com R\$ 6.005,00. Já o período de menor prejuízo para as pessoas físicas e tesourarias foi no mês de julho de 2007 com R\$ 9.660,00 e R\$ 980,00 respectivamente. As pessoas jurídicas tiveram seu menor índice no último período com R\$ 6.798,00.

3.3.2 Prejuízo por Região no Estado

O Gráfico 10 identifica as regiões que tiveram os maiores prejuízos em 2007 e 2008:

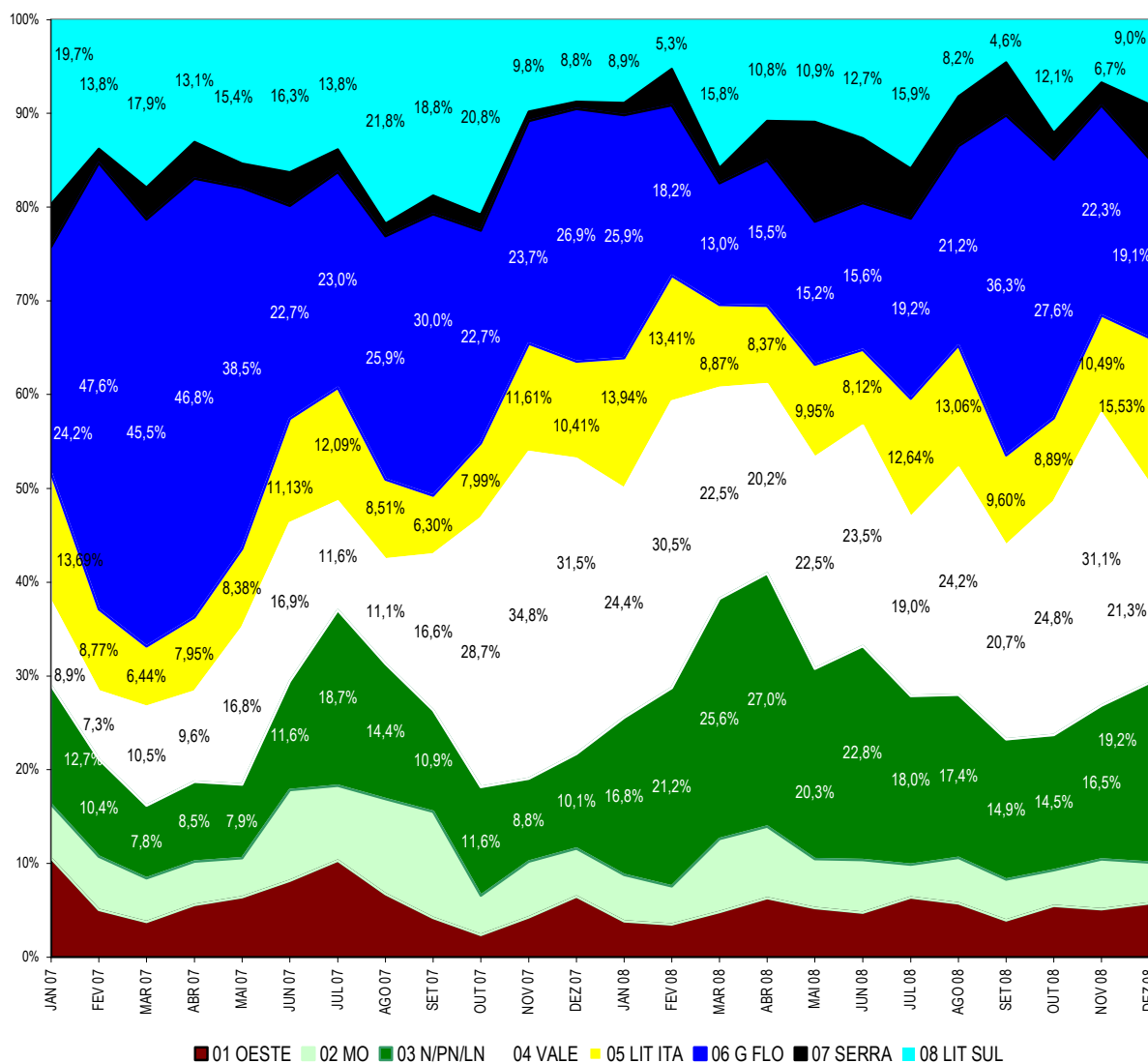


Gráfico 10: Regiões x Prejuízos

Fonte: Dados pesquisados

Em 2007 a Grande Florianópolis foi a região com maior prejuízo em falsificação de dinheiro, com uma participação de 33,05% do prejuízo total do Estado. A segunda colocada no ranking da falsificação é o Vale do Itajaí com 17,23%. O litoral sul aparece em terceiro no lugar com seus 15,53%. A região de Itajaí está logo atrás da região de Joinville, que representam 9,27% e 10,53% respectivamente.

Vale ressaltar, que em 2007 a região de Itajaí possui maior incidência nas falsificações que a Serra (2,43%) e Meio-Oeste (6,13%) juntos. As regiões unidas representam 79 municípios, ou seja, 68 municípios a mais que Itajaí.

Em 2008 o Vale do Itajaí foi a região com maior prejuízo em falsificação de dinheiro, com uma participação de 23,92% do prejuízo total do Estado. A segunda colocada no ranking da falsificação foi a Grande Florianópolis com 20,37%. A região de Joinville aparece em terceiro no lugar com seus 19,76%. O litoral Sul está logo atrás da região de Itajaí, que representam 10,27% e 11,12% respectivamente.

Vale ressaltar, que em 2008 a região de Itajaí possui o mesmo índice nas falsificações que o Oeste (4,99%) e Meio-Oeste (5,15%) agrupados. As regiões unidas representam 138 municípios, ou seja, 127 municípios a mais se comparados com Itajaí e região.

3.3.3 As Apreensões em Santa Catarina no período 2007 e 2008

Nesta seção apresenta-se a consolidação das apreensões realizadas pelas instituições financeiras, com a finalidade de demonstrar qual o período e região que tiveram maiores prejuízos nos anos de 2007 e 2008.

Em Santa Catarina as apreensões aumentaram em 11,51%, passando de 8.979 em 2007 para 10.013 em 2008. Em 2007, as apreensões realizadas pela amostra selecionada atingiram o montante de R\$ 370.612,00. Ao todo foram apreendidas 8.979 cédulas, com o prejuízo médio diário de R\$ 1.482,44. As instituições financeiras retiraram diariamente 36 cédulas falsificadas de circulação, atingindo em 50,43% as pessoas físicas, 42,57% as pessoas jurídicas e 7,01% os empregados de instituições financeiras.

Em 2008, as apreensões realizadas pela amostra selecionada atingiram o montante de R\$ 464.868,00. Ao todo foram apreendidas 10.013 cédulas, com o prejuízo médio diário de R\$ 1.830,19. As instituições financeiras retiraram diariamente 39 cédulas falsificadas de circulação, atingindo em 50,57% as pessoas físicas, 41,41% as pessoas jurídicas e 8,02% os empregados de instituições financeiras.

Nota-se que o primeiro trimestre foi o período de maior prejuízo para o Estado, com 32% do acumulado em 2007 e 2008. Segundo o sítio eletrônico Santa Catarina Brasil Oportunidades e Negócios, somente na temporada de verão são cerca de três milhões de visitantes, dos quais 70% vêm de fora do Estado (61% brasileiros e 9% estrangeiros), que geram uma receita estimada em US\$ 777 milhões. E é neste período, onde há maior

concentração de turistas, que o prejuízo oriundo da falsificação de dinheiro representa 42% do montante anual.

Além do verão, ocorre o aumento do fluxo de numerário nas festas de outubro. De acordo com o secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knasel, o calendário de outubro é um produto consagrado em Santa Catarina que gera uma demanda turística fora da temporada de verão, só que em diferentes cidades (Revista Mercado Brasil).

O Gráfico 11 identifica as variações nas apreensões de 2007 para 2008:

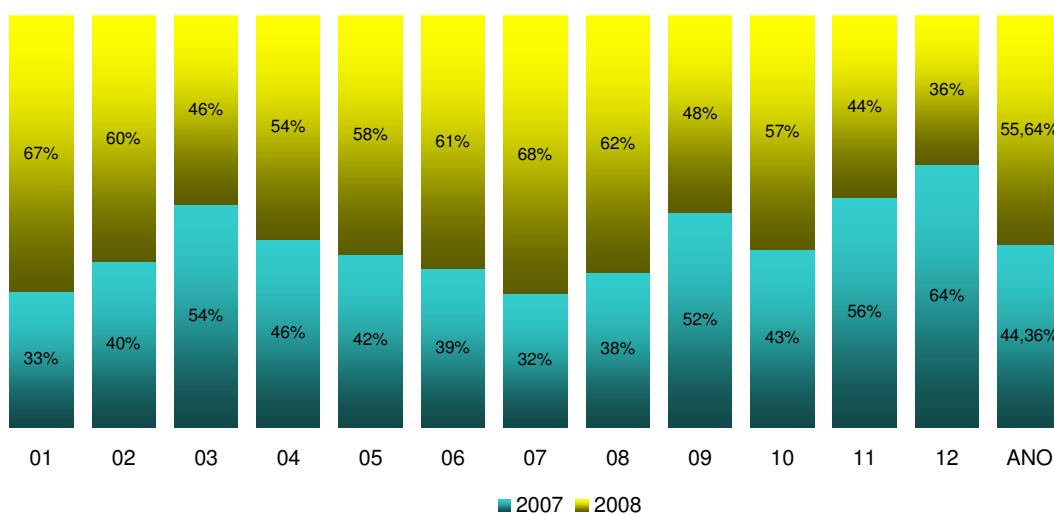


Gráfico 11: Variação Mensal

Fonte: Dados pesquisados

Houve um aumento de 25,43% no prejuízo decorrente das apreensões de dinheiro falso em Santa Catarina, sendo que 2008 detém 55,64% do prejuízo acumulado na amostra. Em 2008, Janeiro e Julho foram os meses com o maior crescimento com aumento de 103,71% e 109,11% respectivamente. O mês de Dezembro apresentou queda de 43,02%, passando de 64% em 2007, para 36% em 2008.

O Gráfico 12 identifica o total da falsificação por região nos anos de 2007 e 2008:

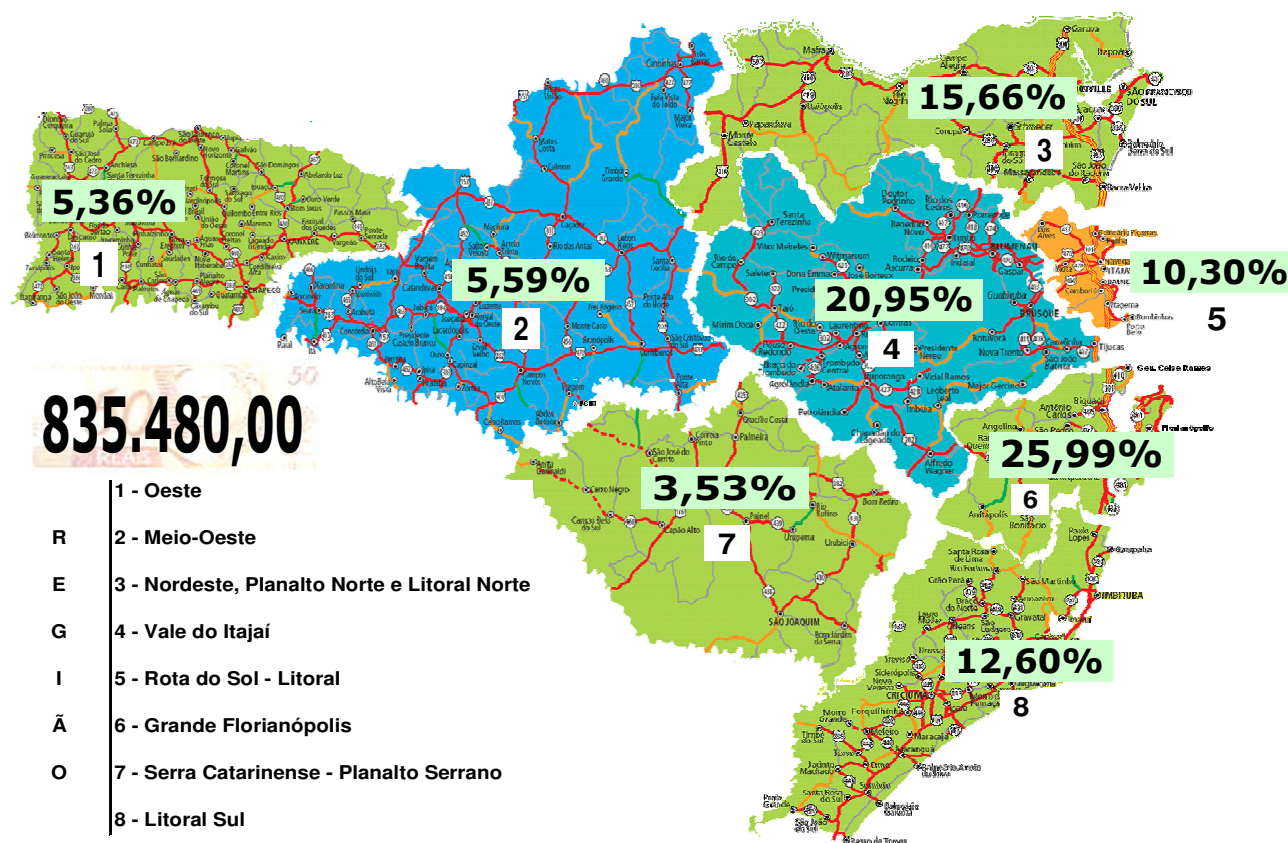


Gráfico 12: A falsificação por Região de Santa Catarina

Fonte: Dados pesquisados

O prejuízo contabilizado nos 24 meses chegou em R\$ 835.480,00. A região com maior prejuízo foi a Grande Florianópolis com 25,99% do total apreendido no Estado. A segunda região mais visada é o Vale do Itajaí com 20,95%. A região de Joinville com 15,66% é a terceira colocada no ranking da falsificação em Santa Catarina. Logo em seguida, vem o Sul do estado com 12,60% e Itajaí com 10,30%. As regiões menos afetadas pela falsificação da moeda foram: Serrana, Oeste e Meio-Oeste que respectivamente representam 3,53%, 5,36% e 5,59% do total do prejuízo nos anos de 2007 e 2008 pela amostra estudada.

Por fim, ao analisar com base no Apêndice B, as falsificações totais no período sob a ótica dos prejudicados efetivos, constata-se que 51,19% dos prejuízos totais em Santa Catarina ficou com a Pessoa Física. Logo em seguida, vem a Pessoa Jurídica que amargou 41,50% dos prejuízos. A menor parte destes prejuízos (7,32%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Neste capítulo, são apresentadas as considerações finais da pesquisa e as sugestões para futuros trabalhos.

4.1 CONCLUSÕES

Um tipo de fraude com crescente interação entre as empresas, bancos e comunidade em geral, é a falsificação de dinheiro no meio circulante. Ao inserir o numerário falsificado na economia é caracterizado o delito proposital em prejuízo de outrem, pois o receptor da cédula falsa arcará com o prejuízo quando esta for apreendida pela instituição financeira.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar o tamanho do prejuízo da falsificação de dinheiro no Estado de Santa Catarina, partindo da análise de informações contidas nas apreensões de dinheiro falso realizadas pelas instituições financeiras.

Para o alcance do objetivo deste estudo, a investigação da pesquisa foi conduzida por meio de levantamento e análise das apreensões de dinheiro falso realizadas em 2007 e 2008 por agências do Banco do Brasil, Banco do Brasil BESC e Caixa Econômica Federal, juntos representam 61,40% das agências bancárias em Santa Catarina autorizadas pelo Banco Central do Brasil a reter tais cédulas.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado visto que identificou-se que, na amostra analisada, o prejuízo total foi de R\$835.480,00. Deste montante, 51,19% dos prejuízos totais do Estado ficou com a Pessoa Física, 41,50% com a Pessoa Jurídica, e a menor parte (7,32%) ficou com as instituições financeiras ou seus empregados.

A pesquisa apresentou quatro objetivos específicos que foram necessários para o alcance do objetivo geral. Todos esses objetivos foram atingidos.

Quanto ao objetivo específico – demonstrar a relação existente entre o meio circulante e a falsificação, verificou-se que a falsificação está inserida no meio circulante, ou seja, o dinheiro falso está circulando na rede bancária, empresas e no público em geral.

Com relação ao objetivo específico – identificar os órgãos responsáveis pela inibição à falsificação e o papel de cada um deles, constatou-se a relação BACEN, Sociedade e Polícia em combate à falsificação. Percebeu-se também, que o BACEN em conjunto com a Casa da Moeda devem aperfeiçoar os itens de segurança da cédula de Real. A Sociedade deve ter o conhecimento de averiguar quando a cédula é falsa e como proceder no caso de recepção de uma cédula suspeita. Já a Polícia em sintonia com a sociedade e o BACEN tem o dever de investigar e capturar os falsificadores.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico – identificar os volumes de moeda falsificada por região da amostra – o estudo aponta os seguintes resultados: i - Grande Florianópolis – foi a região com maior prejuízo nas falsificações com 25,99% do total de prejuízo no Estado. Somente o município de Florianópolis representou um prejuízo de R\$126.314,00, o que representa 15,12% das perdas no Estado. Pessoas físicas foram as mais prejudicadas com 2.396 cédulas representando o prejuízo de R\$113.031,00. Janeiro, fevereiro e março foram os meses com maior prejuízo para a região, estima-se que o verão atrai os falsificadores. ii - Vale do Itajaí – foi a segunda região mais visada pela falsificação, com 20,95% do total de prejuízo em Santa Catarina no período 2007 e 2008. Somente o município de Blumenau apurou um prejuízo de R\$79.101,00, o que representa 9,47% das perdas em todo o Estado. Pessoas Jurídicas foram as mais prejudicadas com 1.916 cédulas representando o prejuízo de R\$91.220,00. Outubro e Novembro foram os meses com maior prejuízo para a região, estima-se que as festas de Outubro são responsáveis pelo aumento de apreensões em virtude do crescimento do fluxo de numerário gerado pelos turistas. iii - Região de Joinville – foi a terceira colocada no ranking da falsificação em Santa Catarina com 15,66%. O município de Joinville é o líder de apreensões na região, representando um prejuízo de R\$62.919,00 no montante de 2007 e 2008. Pessoas físicas foram as mais prejudicadas com 1.472 cédulas representando o prejuízo de R\$65.198,00 na economia regional. iv - Litoral Sul – a região foi a quarta colocada no ranking da falsificação amargou 12,60% do prejuízo no Estado. Os municípios de Criciúma e Tubarão despontam em 9º e 11º no ranking dos municípios mais afetados pela falsificação em Santa Catarina. O verão é o período de maior incidência de apreensões, por se tratar de região litorânea. v - Itajaí e Região – Região com 3,75% dos municípios Catarinenses. Por outro lado, representa com 10,30% do prejuízo total do Estado. Vale destacar Balneário Camboriú que chega a receber mais de um milhão de turistas na alta temporada, período este que representou 27,1% do total acumulado na região em 2007 e 2008. vi - Meio-Oeste – Região apresentou baixo prejuízo, com apenas 5,59% do total no Estado. O município com maior prejuízo na região é Concórdia que ocupa a 17ª posição no ranking dos municípios mais afetados pela falsificação. vii - Oeste – A região foi a segunda menos afetada pela falsificação com 5,36% do prejuízo total no Estado. A falsificação na região permanece constante com pequenas quedas em Outubro de 2007 e Setembro de 2008. Destaca-se que é a região com maior percentual de municípios do Estado, 25,94% (76 municípios). Isto leva a crer que quanto menor a cidade mais difícil para o falsificador não ser notado ao tentar inserir o numerário falso na comunidade local, inibindo desta forma, este tipo de ação. viii - Serrana – A região foi campeã no quesito menor índice de

falsificação em Santa Catarina, com apenas 3,53% do prejuízo no Estado. O período de maior prejuízo coincide com o frio e a Festa Nacional do Pinhão, que recebe muitos falsários nesta época.

Quanto ao objetivo específico – analisar a evolução da falsificação de moeda em Santa Catarina nos últimos dois anos pode-se destacar que o prejuízo monetário médio diário, passou de R\$1.482,44 em 2007 para R\$1.830,19 em 2008, representando um aumento de 23,46%.

Nota-se que de Janeiro a abril onde há maior concentração de turistas, é o período mais crítico no Estado, representa em média 42% da falsificação total apreendida. Somente na temporada de verão são cerca de três milhões de visitantes, o que influencia no aumento do fluxo de cédulas falsas.

4.2 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Para futuros trabalhos baseados neste tema, sugere-se os seguintes tópicos:

- Realizar o mesmo tipo de pesquisa num período superior a três anos, a fim de verificar a relação entre os anos e identificar os períodos com maiores derramamentos de dinheiro falso;
- Realizar o mesmo tipo de pesquisa nos bancos privados, a fim de verificar se ocorre o mesmo volume de apreensões;
- Realizar um estudo com as cédulas que tiveram o maior índice de numeração coincidente, com isso, é possível traçar o período e região que os maiores falsificadores estiveram em determinada Região;
- Realizar o mesmo tipo de pesquisa nos outros Estados, pois ao comparar a numeração poderá ser traçado um perfil dos falsários, por exemplo, será possível identificar em qual período do ano os falsários circularam em determinado Estado.

REFERÊNCIAS

ANDREZZO, Andrea; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado Financeiro: aspectos conceituais e históricos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta-Circular nº 3329, de 15/07/2008** – Estabelece procedimentos para a retirada de circulação de cédulas e moedas nacionais identificadas como falsas ou de legitimidade duvidosa, por instituições financeiras bancárias, e seu envio ao Banco Central do Brasil. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=108068883&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 16 out. 2009.

_____. **Circular nº 1273, de 29/12/1987**. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=087080382&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

_____. **Agências e postos bancários em funcionamento no país**. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELAGPAB>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

_____. **Cédulas do Real**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CEDREAL>>. Acesso em: 25 out. 2009.

BANFIELD, Edward. **A crise urbana: natureza e futuro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BENASSE, Paulo Roberto. **Dicionário jurídico de bolso**. São Paulo: BH Editora, 2008. 492 p.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. **3 em 1 Saraiva: CLT, Legislação Previdenciária e Constituição Federal**. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, Código Penal. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em:

<<http://www.codigopenal.adv.br>> . Acesso em: 13 abr. 2009.

CAIXA era abastecido com notas falsas. **Monitor das Fraudes**. São Paulo, 04 abr. 2008.

Disponível em: <<http://www.fraudes.org/clipread.asp?CdClip=4832>>. Acesso em: 15 set. 2009.

CAMARGO, Cynthia Mara Salgado. **Fraude: Uma abordagem exploratória para levantamento de medidas preventivas à ocorrência**. 2000. 170 p. Dissertação (Especialização em Controladoria), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

CARDOSO, Fernando Nazareth. **Contabilidade Forense no Brasil: Incipiência ou Insipiência?** 2008. 63 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em:

<http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/38/TDE-2008-08-05T094425Z-2980/Publico/2008_FernandoNCardoso.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2009.

CASAL flagrado com dinheiro falso. **Correio Lageano**. 12 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.correiolageano.com.br/htmNoticia.php?id=9924&c=3>>. Acesso em: 03 set. 2009.

FALSIFICAÇÃO de dinheiro cresceu 40% nos últimos seis anos do Brasil. **PE 360 graus**. 25 set. 2009. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias/policia/policia-federal/2009/09/25/NWS.499016.8.161,NOTICIAS.766-FALSIFICACAO-DINHEIRO-CRESCEU-ULTIMOS-ANOS-BRASIL.aspx>>. Acesso em: 11 out. 2009.

FIESC. **Santa Catarina em Dados**. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site/pei/produtos/show/id/46>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

FIRMINO, Larissa Corrêa; CHAGAS, Luiza. **As “novas faces” do Turismo em Florianópolis**. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/5219_Firmino_Larissa_Correa.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GALBRAITH, John Kenneth. **A economia das fraudes inocentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIL, Antonio de Loureiro. **Como evitar fraudes, pirataria e convivência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 242 p.

HUGAN, Paul. **A moeda**: Introdução à análise e as políticas monetárias e a moeda no Brasil. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

IBGE. **PIB dos Municípios 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: 10 out. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JESUS, Fernando de. **Perícia e Investigação de Fraude**: Uma análise psicológica e operacional na evidencição de fraude. 2 ed. Goiânia: AB, 2000.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LUNKES, Rogério João. **Contabilidade Gerencial**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

MALDANER, Casildo. **Golpes e Fraudes**: Saiba como evitar. Brasília: Senado Federal, 2000.

MAPA de Santa Catarina. **Santa Catarina Turismo**. Disponível em: <http://www.santacatarinaturismo.dzo.com.br/index_br.php>. Acesso em: 02 ago. 2009.

MARINHO, Henrique. **Política monetária no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MPF/SC denuncia acusados de guardar e introduzir em circulação moedas falsas. **ASCOM – Assessoria de Comunicação Social Ministério Público de SC**. 8 fev. 2008. Disponível em: <http://www.prsc.mpf.gov.br/noticias/Releases/2008/070208_moedafalsa_jlle.htm>. Acesso em: 31 out. 2009.

NAPOLEONI, Cláudio. **O pensamento econômico do século XX**. São Paulo: Círculo do livro, 1963.

NOTAS falsas passam por guichê na oktober. **Jornal de Santa Catarina**. 16 out. 2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/oktoberfest/19,0,2245883,Notas-falsas-passam-por-guiche-da-Oktober-.html>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

PARODI, Lorenzo. **Manual das Fraudes**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REAL é alvo dos falsificadores. **A Notícia**. 01 nov. 1998. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/nov/01/0pol.htm>>. Acesso em: 09 set. 2009.

SANCTIS, Fausto Martin de. **Combate à lavagem de dinheiro**. Campinas: Millennium Editora, 2008. 394 p.

SANT'ANA, José Antônio. **Economia Monetária: a moeda em uma economia globalizada**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 274 p.

SANTOS, Arnaldo F. dos. **Fraudes: prevenção a fraudes e golpes**. Florianópolis: Insular, 2006.

SANTUR - **Santa Catarina Turismo**. Disponível em: <<http://www.santur.sc.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2009.

TURISMO em expansão. **Santa Catarina Brasil – Oportunidades e negócios**. Disponível em: <<http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/turismo-em-expansao/>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

WELLS, Joseph. **Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro**. Publicações, Pre\$taando Conta\$ - Edição 68. Ano XIV – Mar/Abr 2006. Disponível em: <<http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/comunicacao/publicacoes/prestandocontas/?68>>. Acesso em: 07/09/2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Total de cédulas apreendidas por Região e Período

2007		REGIÕES								TOTAL CÉDULAS
		01	02	03	04	05	06	07	08	
		OESTE	MO	N/PN/LN	VALE	LIT ITA	G FLO	SERRA	LIT SUL	
MÊS	01	71	48	122	74	100	166	39	172	792
	02	40	43	98	62	69	353	17	135	817
	03	44	62	95	121	73	468	40	247	1.150
	04	48	57	83	85	74	370	38	138	893
	05	46	41	80	120	72	267	23	123	772
	06	46	64	65	88	56	115	18	99	551
	07	49	45	90	71	62	112	10	81	520
	08	38	55	70	82	53	112	9	149	568
	09	28	63	63	97	36	170	14	128	599
	10	27	34	102	189	58	158	19	153	740
	11	36	50	93	250	90	175	8	80	782
	12	58	46	89	227	82	217	8	68	795
TOTAL		531	608	1.050	1.466	825	2.683	243	1.573	8.979

2008		REGIÕES								TOTAL CÉDULAS
		01	02	03	04	05	06	07	08	
		OESTE	MO	N/PN/LN	VALE	LIT ITA	G FLO	SERRA	LIT SUL	
MÊS	01	65	83	259	327	191	369	18	140	1.452
	02	43	56	239	341	158	199	79	70	1.185
	03	49	85	222	205	77	117	19	151	925
	04	67	92	251	188	78	151	43	111	981
	05	46	68	190	204	96	139	96	98	937
	06	42	53	170	178	62	113	56	100	774
	07	46	37	152	135	84	157	46	141	798
	08	31	33	122	144	81	152	39	54	656
	09	20	24	75	105	37	153	40	26	480
	10	48	33	125	192	65	239	30	112	844
	11	30	26	84	183	52	140	20	43	578
	12	26	18	76	86	57	80	24	36	403
TOTAL		513	608	1.965	2.288	1.038	2.009	510	1.082	10.013

2007 + 2008		REGIÕES								TOTAL CÉDULAS
		01	02	03	04	05	06	07	08	
		OESTE	MO	N/PN/LN	VALE	LIT ITA	G FLO	SERRA	LIT SUL	
M Ê S	01	136	131	381	401	291	535	57	312	2.244
	02	83	99	337	403	227	552	96	205	2.002
	03	93	147	317	326	150	585	59	398	2.075
	04	115	149	334	273	152	521	81	249	1.874
	05	92	109	270	324	168	406	119	221	1.709
	06	88	117	235	266	118	228	74	199	1.325
	07	95	82	242	206	146	269	56	222	1.318
	08	69	88	192	226	134	264	48	203	1.224
	09	48	87	138	202	73	323	54	154	1.079
	10	75	67	227	381	123	397	49	265	1.584
	11	66	76	177	433	142	315	28	123	1.360
	12	84	64	165	313	139	297	32	104	1.198
TOTAL		1.044	1.216	3.015	3.754	1.863	4.692	753	2.655	18.992

APÊNDICE B – Total de prejudicados por Região e Período

MÊS	OESTE						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	1.360	1.800	150	3.310	41,09%	54,38%	4,53%
FEV 07	1.190	520	60	1.770	67,23%	29,38%	3,39%
MAR 07	870	765	170	1.805	48,20%	42,38%	9,42%
ABR 07	1.080	895	100	2.075	52,05%	43,13%	4,82%
MAI 07	820	1.000	160	1.980	41,41%	50,51%	8,08%
JUN 07	1.050	715	50	1.815	57,85%	39,39%	2,75%
JUL 07	1.020	820	150	1.990	51,26%	41,21%	7,54%
AGO 07	640	470	220	1.330	48,12%	35,34%	16,54%
SET 07	545	460	10	1.015	53,69%	45,32%	0,99%
OUT 07	410	275	60	745	55,03%	36,91%	8,05%
NOV 07	670	675	150	1.495	44,82%	45,15%	10,03%
DEZ 07	1.440	720	150	2.310	62,34%	31,17%	6,49%
JAN 08	1.390	1.020	50	2.460	56,50%	41,46%	2,03%
FEV 08	1.000	570	260	1.830	54,64%	31,15%	14,21%
MAR 08	487	1.260	210	1.957	24,89%	64,38%	10,73%
ABR 08	1.650	1.095	50	2.795	59,03%	39,18%	1,79%
MAI 08	1.155	920	170	2.245	51,45%	40,98%	7,57%
JUN 08	660	974	60	1.694	38,96%	57,50%	3,54%
JUL 08	1.495	1.030	52	2.577	58,01%	39,97%	2,02%
AGO 08	1.220	610	50	1.880	64,89%	32,45%	2,66%
SET 08	455	270	150	875	52,00%	30,86%	17,14%
OUT 08	1.195	975	100	2.270	52,64%	42,95%	4,41%
NOV 08	900	330	200	1.430	62,94%	23,08%	13,99%
DEZ 08	490	272	405	1.167	41,99%	23,31%	34,70%
TOTAL	23.192	18.441	3.187	44.820	51,74%	41,14%	7,11%

MÊS	MEIO-OESTE						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	790	1.020	0	1.810	43,65%	56,35%	0,00%
FEV 07	880	1.120	0	2.000	44,00%	56,00%	0,00%
MAR 07	990	1.147	90	2.227	44,45%	51,50%	4,04%
ABR 07	915	745	70	1.730	52,89%	43,06%	4,05%
MAI 07	780	480	20	1.280	60,94%	37,50%	1,56%
JUN 07	825	640	688	2.153	38,32%	29,73%	31,96%
JUL 07	810	690	50	1.550	52,26%	44,52%	3,23%
AGO 07	1.115	825	70	2.010	55,47%	41,04%	3,48%
SET 07	1.275	1.250	210	2.735	46,62%	45,70%	7,68%
OUT 07	715	545	50	1.310	54,58%	41,60%	3,82%
NOV 07	1.075	860	150	2.085	51,56%	41,25%	7,19%
DEZ 07	1.080	700	50	1.830	59,02%	38,25%	2,73%
JAN 08	1.670	1.335	160	3.165	52,76%	42,18%	5,06%
FEV 08	990	1.065	60	2.115	46,81%	50,35%	2,84%
MAR 08	1.785	1.255	120	3.160	56,49%	39,72%	3,80%
ABR 08	2.210	980	200	3.390	65,19%	28,91%	5,90%
MAI 08	1.210	860	160	2.230	54,26%	38,57%	7,17%
JUN 08	700	1.070	220	1.990	35,18%	53,77%	11,06%
JUL 08	685	715	20	1.420	48,24%	50,35%	1,41%
AGO 08	1.002	440	150	1.592	62,94%	27,64%	9,42%
SET 08	600	325	50	975	61,54%	33,33%	5,13%
OUT 08	860	480	220	1.560	55,13%	30,77%	14,10%
NOV 08	820	605	50	1.475	55,59%	41,02%	3,39%
DEZ 08	375	460	50	885	42,37%	51,98%	5,65%
TOTAL	24.157	19.612	2.908	46.677	51,75%	42,02%	6,23%

MÊS	REGIÃO DE JOINVILLE						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	2.127	1.695	180	4.002	53,15%	42,35%	4,50%
FEV 07	1.730	1.700	210	3.640	47,53%	46,70%	5,77%
MAR 07	1.865	1.755	110	3.730	50,00%	47,05%	2,95%
ABR 07	1.595	1.470	110	3.175	50,24%	46,30%	3,46%
MAI 07	1.120	1.070	240	2.430	46,09%	44,03%	9,88%
JUN 07	1.230	1.139	220	2.589	47,51%	43,99%	8,50%
JUL 07	1.555	1.970	100	3.625	42,90%	54,34%	2,76%
AGO 07	1.596	1.200	60	2.856	55,88%	42,02%	2,10%
SET 07	1.300	1.325	5	2.630	49,43%	50,38%	0,19%
OUT 07	1.725	1.910	0	3.635	47,46%	52,54%	0,00%
NOV 07	1.535	1.405	155	3.095	49,60%	45,40%	5,01%
DEZ 07	1.890	1.660	50	3.600	52,50%	46,11%	1,39%
JAN 08	5.500	4.957	330	10.787	50,99%	45,95%	3,06%
FEV 08	5.900	4.387	755	11.042	53,43%	39,73%	6,84%
MAR 08	4.970	5.127	305	10.402	47,78%	49,29%	2,93%
ABR 08	5.920	5.575	502	11.997	49,35%	46,47%	4,18%
MAI 08	4.147	4.095	440	8.682	47,77%	47,17%	5,07%
JUN 08	3.390	4.425	310	8.125	41,72%	54,46%	3,82%
JUL 08	2.550	3.990	750	7.290	34,98%	54,73%	10,29%
AGO 08	2.722	2.687	300	5.709	47,68%	47,07%	5,25%
SET 08	2.207	922	205	3.334	66,20%	27,65%	6,15%
OUT 08	4.214	1.320	450	5.984	70,42%	22,06%	7,52%
NOV 08	2.180	2.210	200	4.590	47,49%	48,15%	4,36%
DEZ 08	2.230	1.375	300	3.905	57,11%	35,21%	7,68%
TOTAL	65.198	59.369	6.287	130.854	49,82%	45,37%	4,80%

MÊS	VALE DO ITAJAÍ						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	1.590	1.115	110	2.815	56,48%	39,61%	3,91%
FEV 07	1.165	1.065	320	2.550	45,69%	41,76%	12,55%
MAR 07	1.675	2.180	1.200	5.055	33,14%	43,13%	23,74%
ABR 07	1.840	1.535	210	3.585	51,32%	42,82%	5,86%
MAI 07	2.055	2.620	510	5.185	39,63%	50,53%	9,84%
JUN 07	1.930	1.665	160	3.755	51,40%	44,34%	4,26%
JUL 07	940	1.132	170	2.242	41,93%	50,49%	7,58%
AGO 07	1.000	1.205	0	2.205	45,35%	54,65%	0,00%
SET 07	1.592	2.372	50	4.014	39,66%	59,09%	1,25%
OUT 07	4.445	4.350	200	8.995	49,42%	48,36%	2,22%
NOV 07	4.535	7.230	450	12.215	37,13%	59,19%	3,68%
DEZ 07	4.830	5.515	900	11.245	42,95%	49,04%	8,00%
JAN 08	6.135	8.904	610	15.649	39,20%	56,90%	3,90%
FEV 08	8.302	6.855	780	15.937	52,09%	43,01%	4,89%
MAR 08	3.055	5.507	570	9.132	33,45%	60,30%	6,24%
ABR 08	4.252	4.170	530	8.952	47,50%	46,58%	5,92%
MAI 08	3.325	5.694	600	9.619	34,57%	59,20%	6,24%
JUN 08	2.987	5.217	150	8.354	35,76%	62,45%	1,80%
JUL 08	2.825	4.565	310	7.700	36,69%	59,29%	4,03%
AGO 08	2.285	5.605	50	7.940	28,78%	70,59%	0,63%
SET 08	1.637	1.530	1.450	4.617	35,46%	33,14%	31,41%
OUT 08	6.854	3.315	110	10.279	66,68%	32,25%	1,07%
NOV 08	1.800	5.887	997	8.684	20,73%	67,79%	11,48%
DEZ 08	2.095	1.987	250	4.332	48,36%	45,87%	5,77%
TOTAL	73.149	91.220	10.687	175.056	41,79%	52,11%	6,10%

MÊS	REGIÃO DE ITAJAÍ						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	2.440	1.560	310	4.310	56,61%	36,19%	7,19%
FEV 07	1.780	950	350	3.080	57,79%	30,84%	11,36%
MAR 07	1.520	1.220	350	3.090	49,19%	39,48%	11,33%
ABR 07	1.425	1.370	170	2.965	48,06%	46,21%	5,73%
MAI 07	1.355	1.145	90	2.590	52,32%	44,21%	3,47%
JUN 07	1.140	990	350	2.480	45,97%	39,92%	14,11%
JUL 07	1.175	1.135	30	2.340	50,21%	48,50%	1,28%
AGO 07	700	760	225	1.685	41,54%	45,10%	13,35%
SET 07	880	495	150	1.525	57,70%	32,46%	9,84%
OUT 07	1.147	1.260	100	2.507	45,75%	50,26%	3,99%
NOV 07	2.005	2.065	0	4.070	49,26%	50,74%	0,00%
DEZ 07	1.860	1.610	250	3.720	50,00%	43,28%	6,72%
JAN 08	5.210	3.375	355	8.940	58,28%	37,75%	3,97%
FEV 08	3.959	2.812	225	6.996	56,59%	40,19%	3,22%
MAR 08	2.175	1.425	0	3.600	60,42%	39,58%	0,00%
ABR 08	2.335	1.122	260	3.717	62,82%	30,19%	6,99%
MAI 08	2.525	1.472	255	4.252	59,38%	34,62%	6,00%
JUN 08	1.625	1.115	150	2.890	56,23%	38,58%	5,19%
JUL 08	3.065	1.595	455	5.115	59,92%	31,18%	8,90%
AGO 08	2.420	1.814	50	4.284	56,49%	42,34%	1,17%
SET 08	1.310	782	50	2.142	61,16%	36,51%	2,33%
OUT 08	3.000	580	100	3.680	81,52%	15,76%	2,72%
NOV 08	1.100	1.577	250	2.927	37,58%	53,88%	8,54%
DEZ 08	2.000	1.052	110	3.162	63,25%	33,27%	3,48%
TOTAL	48.151	33.281	4.635	86.067	55,95%	38,67%	5,39%

MÊS	GRANDE FLORIANÓPOLIS						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	3.940	2.425	1.250	7.615	51,74%	31,85%	16,41%
FEV 07	7.040	7.955	1.710	16.705	42,14%	47,62%	10,24%
MAR 07	11.195	8.610	2.050	21.855	51,22%	39,40%	9,38%
ABR 07	9.560	5.975	1.910	17.445	54,80%	34,25%	10,95%
MAI 07	6.200	2.995	2.710	11.905	52,08%	25,16%	22,76%
JUN 07	2.430	2.090	540	5.060	48,02%	41,30%	10,67%
JUL 07	2.495	1.480	480	4.455	56,00%	33,22%	10,77%
AGO 07	2.530	2.145	460	5.135	49,27%	41,77%	8,96%
SET 07	4.015	2.605	640	7.260	55,30%	35,88%	8,82%
OUT 07	3.830	2.580	710	7.120	53,79%	36,24%	9,97%
NOV 07	4.080	3.365	865	8.310	49,10%	40,49%	10,41%
DEZ 07	5.520	3.870	220	9.610	57,44%	40,27%	2,29%
JAN 08	9.722	5.335	1.550	16.607	58,54%	32,13%	9,33%
FEV 08	4.800	2.090	2.590	9.480	50,63%	22,05%	27,32%
MAR 08	2.292	1.625	1.350	5.267	43,52%	30,85%	25,63%
ABR 08	3.523	2.050	1.312	6.885	51,17%	29,77%	19,06%
MAI 08	3.582	2.067	855	6.504	55,07%	31,78%	13,15%
JUN 08	2.975	2.120	470	5.565	53,46%	38,10%	8,45%
JUL 08	3.435	3.376	970	7.781	44,15%	43,39%	12,47%
AGO 08	3.300	2.109	1.550	6.959	47,42%	30,31%	22,27%
SET 08	4.165	2.820	1.110	8.095	51,45%	34,84%	13,71%
OUT 08	7.365	3.306	760	11.431	64,43%	28,92%	6,65%
NOV 08	2.880	2.200	1.156	6.236	46,18%	35,28%	18,54%
DEZ 08	2.157	720	1.010	3.887	55,49%	18,52%	25,98%
TOTAL	113.031	75.913	28.228	217.172	52,05%	34,96%	13,00%

MÊS	SERRA CATARINENSE						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	790	505	135	1.430	55,24%	35,31%	9,44%
FEV 07	330	200	0	530	62,26%	37,74%	0,00%
MAR 07	700	880	50	1.630	42,94%	53,99%	3,07%
ABR 07	985	410	55	1.450	67,93%	28,28%	3,79%
MAI 07	395	405	0	800	49,38%	50,63%	0,00%
JUN 07	470	275	50	795	59,12%	34,59%	6,29%
JUL 07	270	200	0	470	57,45%	42,55%	0,00%
AGO 07	120	145	0	265	45,28%	54,72%	0,00%
SET 07	270	200	10	480	56,25%	41,67%	2,08%
OUT 07	285	242	0	527	54,08%	45,92%	0,00%
NOV 07	200	155	0	355	56,34%	43,66%	0,00%
DEZ 07	100	165	5	270	37,04%	61,11%	1,85%
JAN 08	420	400	0	820	51,22%	48,78%	0,00%
FEV 08	370	365	1.280	2.015	18,36%	18,11%	63,52%
MAR 08	320	335	0	655	48,85%	51,15%	0,00%
ABR 08	900	887	80	1.867	48,21%	47,51%	4,28%
MAI 08	2.770	1.615	160	4.545	60,95%	35,53%	3,52%
JUN 08	1.485	860	105	2.450	60,61%	35,10%	4,29%
JUL 08	970	1.030	150	2.150	45,12%	47,91%	6,98%
AGO 08	940	700	100	1.740	54,02%	40,23%	5,75%
SET 08	857	400	5	1.262	67,91%	31,70%	0,40%
OUT 08	840	305	10	1.155	72,73%	26,41%	0,87%
NOV 08	280	170	235	685	40,88%	24,82%	34,31%
DEZ 08	650	420	110	1.180	55,08%	35,59%	9,32%
TOTAL	15.717	11.269	2.540	29.526	53,23%	38,17%	8,60%

MÊS	LITORAL SUL						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	3.750	2.430	20	6.200	60,48%	39,19%	0,32%
FEV 07	2.950	1.845	50	4.845	60,89%	38,08%	1,03%
MAR 07	5.030	3.412	150	8.592	58,54%	39,71%	1,75%
ABR 07	3.135	1.640	100	4.875	64,31%	33,64%	2,05%
MAI 07	2.990	1.692	70	4.752	62,92%	35,61%	1,47%
JUN 07	2.210	1.320	100	3.630	60,88%	36,36%	2,75%
JUL 07	1.395	1.285	0	2.680	52,05%	47,95%	0,00%
AGO 07	2.830	1.479	0	4.309	65,68%	34,32%	0,00%
SET 07	2.595	1.782	170	4.547	57,07%	39,19%	3,74%
OUT 07	4.005	2.325	200	6.530	61,33%	35,60%	3,06%
NOV 07	2.325	1.010	110	3.445	67,49%	29,32%	3,19%
DEZ 07	1.765	1.175	200	3.140	56,21%	37,42%	6,37%
JAN 08	3.180	2.485	60	5.725	55,55%	43,41%	1,05%
FEV 08	2.192	515	55	2.762	79,36%	18,65%	1,99%
MAR 08	3.805	2.420	200	6.425	59,22%	37,67%	3,11%
ABR 08	2.736	2.016	50	4.802	56,98%	41,98%	1,04%
MAI 08	3.170	1.349	150	4.669	67,89%	28,89%	3,21%
JUN 08	3.020	1.370	120	4.510	66,96%	30,38%	2,66%
JUL 08	2.775	3.206	452	6.433	43,14%	49,84%	7,03%
AGO 08	1.960	670	60	2.690	72,86%	24,91%	2,23%
SET 08	760	260	0	1.020	74,51%	25,49%	0,00%
OUT 08	3.975	990	50	5.015	79,26%	19,74%	1,00%
NOV 08	1.370	405	100	1.875	73,07%	21,60%	5,33%
DEZ 08	1.125	512	200	1.837	61,24%	27,87%	10,89%
TOTAL	65.048	37.593	2.667	105.308	61,77%	35,70%	2,53%

MÊS	SANTA CATARINA						
	Prejuízo em Reais				% Prejuízo entre:		
	PF	PJ	T	TOTAL	PF	PJ	T
JAN 07	16.787	12.550	2.155	31.492	53,31%	39,85%	6,84%
FEV 07	17.065	15.355	2.700	35.120	48,59%	43,72%	7,69%
MAR 07	23.845	19.969	4.170	47.984	49,69%	41,62%	8,69%
ABR 07	20.535	14.040	2.725	37.300	55,05%	37,64%	7,31%
MAI 07	15.715	11.407	3.800	30.922	50,82%	36,89%	12,29%
JUN 07	11.285	8.834	2.158	22.277	50,66%	39,66%	9,69%
JUL 07	9.660	8.712	980	19.352	49,92%	45,02%	5,06%
AGO 07	10.531	8.229	1.035	19.795	53,20%	41,57%	5,23%
SET 07	12.472	10.489	1.245	24.206	51,52%	43,33%	5,14%
OUT 07	16.562	13.487	1.320	31.369	52,80%	42,99%	4,21%
NOV 07	16.425	16.765	1.880	35.070	46,83%	47,80%	5,36%
DEZ 07	18.485	15.415	1.825	35.725	51,74%	43,15%	5,11%
JAN 08	33.227	27.811	3.115	64.153	51,79%	43,35%	4,86%
FEV 08	27.513	18.659	6.005	52.177	52,73%	35,76%	11,51%
MAR 08	18.889	18.954	2.755	40.598	46,53%	46,69%	6,79%
ABR 08	23.526	17.895	2.984	44.405	52,98%	40,30%	6,72%
MAI 08	21.884	18.072	2.790	42.746	51,20%	42,28%	6,53%
JUN 08	16.842	17.151	1.585	35.578	47,34%	48,21%	4,46%
JUL 08	17.800	19.507	3.159	40.466	43,99%	48,21%	7,81%
AGO 08	15.849	14.635	2.310	32.794	48,33%	44,63%	7,04%
SET 08	11.991	7.309	3.020	22.320	53,72%	32,75%	13,53%
OUT 08	28.303	11.271	1.800	41.374	68,41%	27,24%	4,35%
NOV 08	11.330	13.384	3.188	27.902	40,61%	47,97%	11,43%
DEZ 08	11.122	6.798	2.435	20.355	54,64%	33,40%	11,96%
TOTAL	427.643	346.698	61.139	835.480	51,19%	41,50%	7,32%

APÊNDICE C – Total do prejuízo mensal - Região e Período

2007		REGIÕES								TOTAL PREJUÍZO
		01	02	03	04	05	06	07	08	
		OESTE	MO	N/PN/LN	VALE	LIT ITA	G FLO	SERRA	LIT SUL	
MÊS	01	3.310	1.810	4.002	2.815	4.310	7.615	1.430	6.200	31.492
	02	1.770	2.000	3.640	2.550	3.080	16.705	530	4.845	35.120
	03	1.805	2.227	3.730	5.055	3.090	21.855	1.630	8.592	47.984
	04	2.075	1.730	3.175	3.585	2.965	17.445	1.450	4.875	37.300
	05	1.980	1.280	2.430	5.185	2.590	11.905	800	4.752	30.922
	06	1.815	2.153	2.589	3.755	2.480	5.060	795	3.630	22.277
	07	1.990	1.550	3.625	2.242	2.340	4.455	470	2.680	19.352
	08	1.330	2.010	2.856	2.205	1.685	5.135	265	4.309	19.795
	09	1.015	2.735	2.630	4.014	1.525	7.260	480	4.547	24.206
	10	745	1.310	3.635	8.995	2.507	7.120	527	6.530	31.369
	11	1.495	2.085	3.095	12.215	4.070	8.310	355	3.445	35.070
	12	2.310	1.830	3.600	11.245	3.720	9.610	270	3.140	35.725
TOTAL		21.640	22.720	39.007	63.861	34.362	122.475	9.002	57.545	370.612

2008		REGIÕES								TOTAL PREJUÍZO
		01	02	03	04	05	06	07	08	
		OESTE	MO	N/PN/LN	VALE	LIT ITA	G FLO	SERRA	LIT SUL	
MÊS	01	2.460	3.165	10.787	15.649	8.940	16.607	820	5.725	64.153
	02	1.830	2.115	11.042	15.937	6.996	9.480	2.015	2.762	52.177
	03	1.957	3.160	10.402	9.132	3.600	5.267	655	6.425	40.598
	04	2.795	3.390	11.997	8.952	3.717	6.885	1.867	4.802	44.405
	05	2.245	2.230	8.682	9.619	4.252	6.504	4.545	4.669	42.746
	06	1.694	1.990	8.125	8.354	2.890	5.565	2.450	4.510	35.578
	07	2.577	1.420	7.290	7.700	5.115	7.781	2.150	6.433	40.466
	08	1.880	1.592	5.709	7.940	4.284	6.959	1.740	2.690	32.794
	09	875	975	3.334	4.617	2.142	8.095	1.262	1.020	22.320
	10	2.270	1.560	5.984	10.279	3.680	11.431	1.155	5.015	41.374
	11	1.430	1.475	4.590	8.684	2.927	6.236	685	1.875	27.902
	12	1.167	885	3.905	4.332	3.162	3.887	1.180	1.837	20.355
TOTAL		23.180	23.957	91.847	111.195	51.705	94.697	20.524	47.763	464.868

2007 + 2008		REGIÕES								TOTAL PREJUÍZO
		01	02	03	04	05	06	07	08	
		OESTE	MO	N/PN/LN	VALE	LIT ITA	G FLO	SERRA	LIT SUL	
M Ê S	01	5.770	4.975	14.789	18.464	13.250	24.222	2.250	11.925	95.645
	02	3.600	4.115	14.682	18.487	10.076	26.185	2.545	7.607	87.297
	03	3.762	5.387	14.132	14.187	6.690	27.122	2.285	15.017	88.582
	04	4.870	5.120	15.172	12.537	6.682	24.330	3.317	9.677	81.705
	05	4.225	3.510	11.112	14.804	6.842	18.409	5.345	9.421	73.668
	06	3.509	4.143	10.714	12.109	5.370	10.625	3.245	8.140	57.855
	07	4.567	2.970	10.915	9.942	7.455	12.236	2.620	9.113	59.818
	08	3.210	3.602	8.565	10.145	5.969	12.094	2.005	6.999	52.589
	09	1.890	3.710	5.964	8.631	3.667	15.355	1.742	5.567	46.526
	10	3.015	2.870	9.619	19.274	6.187	18.551	1.682	11.545	72.743
	11	2.925	3.560	7.685	20.899	6.997	14.546	1.040	5.320	62.972
	12	3.477	2.715	7.505	15.577	6.882	13.497	1.450	4.977	56.080
TOTAL		44.820	46.677	130.854	175.056	86.067	217.172	29.526	105.308	835.480

APÊNDICE D – Ranking dos Municípios mais prejudicados – Cédulas por denominação

Posição	Município	Região	Nº Cédulas	Prejuízo (R\$)	Cédulas por Denominação						
					1	2	5	10	20	50	100
1	FLORIANOPOLIS	6	2760	126.314	9	5	85	200	116	2.259	86
2	BLUMENAU	4	1592	79.101	13	14	20	79	36	1.311	119
3	JOINVILLE	3	1458	62.919	2	6	75	153	75	1.104	43
4	SÃO JOSE	6	726	33.441	2	2	33	31	23	620	15
6	BALNEARIO CAMBORIU	5	607	27.565	0	0	23	70	20	461	33
7	PALHOCA	6	544	26.097	0	1	13	26	16	467	21
8	ITAJAI	5	541	24.514	0	2	28	59	19	398	35
5	LAGES	7	623	24.284	0	2	20	87	93	413	8
10	JARAGUA DO SUL	3	447	19.164	0	2	30	44	21	337	13
11	TUBARAO	8	425	17.319	0	7	17	60	41	284	16
9	CRICIUMA	8	472	16.119	1	4	8	78	152	213	16
12	CHAPECO	1	372	15.973	0	4	15	58	28	239	28
13	BIGUACU	6	310	14.525	0	0	11	10	6	281	2
14	BRUSQUE	4	295	12.890	0	0	4	48	12	219	12
15	RIO DO SUL	4	253	11.080	0	0	6	34	8	199	6
16	IMBITUBA	8	214	9.872	0	1	0	15	16	176	6
18	ITAPEMA	5	193	9.204	0	2	4	15	9	149	14
19	TIJUCAS	4	180	7.767	0	1	7	23	5	140	4
20	NAVEGANTES	5	164	7.535	0	5	5	20	10	106	18
17	CONCORDIA	2	196	7.453	1	1	8	49	16	110	11
21	TIMBO	4	160	7.383	0	4	3	12	2	134	5
22	SÃO BENTO DO SUL	3	158	7.032	0	1	4	21	5	120	7
23	ITUPORANGA	4	154	6.870	0	0	0	15	16	118	5
24	PASSO DE TORRES	8	150	6.700	0	0	0	18	16	108	8
25	STO AMARO DA IMPERATRIZ	6	132	6.400	0	0	2	3	3	122	2
26	GAROPABA	8	119	5.970	0	0	2	3	4	103	7
27	CAMBORIU	5	130	5.755	0	0	7	14	9	92	8
28	MAFRA	3	134	5.744	0	2	2	17	3	110	0
29	INDAIAL	4	123	5.657	0	1	1	15	5	94	7
30	SÃO MIGUEL DO OESTE	1	121	5.595	0	0	1	20	2	89	9
31	ARARANGUA	8	145	5.530	0	0	2	33	17	89	4
32	GARUVA	3	118	5.200	0	0	6	14	4	89	5
33	GASPAR	4	116	5.166	0	3	4	10	7	86	6
34	GUARAMIRIM	3	109	4.770	0	0	2	15	3	87	2
35	LAGUNA	8	125	4.741	1	0	4	27	15	73	5
36	SÃO JOAO BATISTA	4	123	4.670	0	0	20	15	6	78	4
37	ANTONIO CARLOS	6	101	4.605	0	0	1	6	7	86	1
38	CURITIBANOS	2	108	4.555	0	0	3	15	7	81	2
39	CACADOR	2	123	4.320	0	0	8	41	6	61	7
40	SÃO FRANCISCO DO SUL	3	99	4.207	0	1	3	13	3	78	1
41	VIDEIRA	2	109	4.032	0	1	2	28	7	70	1

42	BALNEARIO PICARRAS	5	75	3.830	0	0	0	5	4	58	8
43	JOACABA	2	96	3.795	0	0	3	14	12	66	1
44	BRACO DO NORTE	8	90	3.665	0	0	3	13	11	60	3
45	ITAPOA	3	88	3.625	0	0	3	13	4	68	0
46	ARAQUARI	3	76	3.470	0	0	2	6	0	68	0
47	POMERODE	4	71	3.380	0	0	4	1	5	57	4
48	ICARA	8	92	3.325	0	0	1	10	31	48	2
49	POUSO REDONDO	4	76	3.312	0	1	2	9	3	59	2
50	BARRA VELHA	3	67	3.200	0	0	2	3	3	56	3
51	GOV. CELSO RAMOS	6	63	3.135	0	0	1	1	1	58	2
52	MARAVILHA	1	71	3.025	0	0	3	12	7	43	6
53	FRAIBURGO	2	78	2.960	0	0	4	19	5	47	3
54	ITAIOPOLIS	3	65	2.870	0	0	0	8	2	55	0
55	SOMBRIO	8	81	2.860	0	0	6	18	10	45	2
56	CANOINHAS	2	78	2.680	0	0	2	26	3	47	0
57	ORLEANS	8	75	2.675	0	0	3	13	14	45	0
58	SÃO LUDGERO	8	66	2.565	0	0	1	11	10	43	1
59	CORUPA	3	53	2.470	0	0	0	3	2	48	0
60	PORTO BELO	5	48	2.440	0	0	0	3	8	29	8
61	TAIO	4	44	2.360	0	0	0	1	0	39	4
62	CAMPOS NOVOS	2	62	2.355	0	0	5	6	11	39	1
63	PENHA	5	45	2.320	0	0	0	2	0	40	3
64	IMARUI	8	50	2.315	0	0	1	2	2	45	0
65	MORRO DA FUMACA	8	57	2.285	0	0	1	6	11	38	1
66	SÃO JOAQUIM	7	60	2.270	0	0	4	4	13	39	0
67	XANXERE	1	61	2.232	0	1	4	11	5	40	0
68	JAGUARUNA	8	59	2.110	0	0	0	8	19	31	1
69	CAIBI	1	44	2.010	0	0	0	5	3	34	2
70	JOSE BOITEUX	4	40	2.000	0	0	0	0	0	40	0
71	PORTO UNIAO	2	45	1.880	0	0	0	7	3	35	0
72	ALFREDO WAGNER	4	45	1.850	0	0	2	4	5	34	0
73	PAULO LOPES	8	43	1.823	1	1	2	4	1	33	1
74	URUSSANGA	8	49	1.820	0	0	0	5	16	27	1
75	NOVA TRENTO	4	39	1.775	0	0	1	3	2	32	1
76	PRESIDENTE GETULIO	4	39	1.745	0	0	1	4	0	34	0
77	SIDEROPOLIS	8	40	1.640	0	0	0	4	10	24	2
78	XAXIM	1	43	1.620	0	0	6	5	2	30	0
79	ASCURRA	4	35	1.620	0	0	0	3	2	29	1
80	BENEDITO NOVO	4	36	1.525	0	0	1	4	4	26	1
81	HERVAL DO OESTE	2	40	1.480	0	0	0	6	11	22	1
82	MASSARANDUBA	3	34	1.453	3	0	0	5	0	24	2
83	PINHALZINHO	1	30	1.420	0	0	0	5	1	21	3
84	LAURO MULLER	8	33	1.405	0	0	1	0	10	20	2
85	RIO NEGRINHO	3	35	1.375	0	0	7	2	1	24	1
86	GUABIRUBA	4	29	1.290	0	0	0	4	0	25	0
87	SEARA	2	29	1.290	0	0	0	3	3	22	1
88	PALMITOS	1	34	1.275	0	0	1	10	1	21	1

89	IBIRAMA	4	26	1.215	0	0	3	1	2	17	3
90	ARMAZEM	8	25	1.170	0	0	2	1	0	21	1
91	RIO DOS CEDROS	4	24	1.160	0	0	0	1	0	23	0
92	ILHOTA	5	24	1.142	0	1	0	2	1	18	2
93	TROMBUDO CENTRAL	4	26	1.105	0	0	1	3	1	21	0
94	LAURENTINO	4	25	1.100	0	0	0	3	1	21	0
95	CAPIVARI DE BAIXO	8	21	1.080	0	0	0	1	1	17	2
96	IPORA DO OESTE	1	25	1.070	0	0	0	5	1	18	1
97	GUARACIABA	1	24	1.040	0	0	0	5	2	15	2
98	LONTRAS	4	25	1.030	0	0	0	6	1	17	1
99	PAPANDUVA	3	21	1.030	0	0	2	0	1	16	2
100	LUIS ALVES	5	19	1.000	0	0	0	0	0	18	1
101	AGROLANDIA	4	22	950	0	0	2	2	1	16	1
102	FORQUILHINHA	8	31	932	0	1	2	5	11	11	1
103	TREZE DE MAIO	8	25	925	0	0	1	6	3	14	1
104	CAPINZAL	2	27	900	0	0	2	6	4	15	0
105	SCHROEDER	3	19	870	0	0	2	1	0	15	1
106	CANELINHA	4	19	830	0	0	0	3	0	16	0
107	SÃO CARLOS	1	18	830	0	0	0	1	1	16	0
108	COCAL DO SUL	8	21	810	0	0	0	1	10	8	2
109	RIO DO OESTE	4	17	810	0	0	0	1	0	16	0
110	PRAIA GRANDE	8	16	800	0	0	0	0	0	16	0
111	LEBON REGIS	2	25	790	0	0	0	10	2	13	0
112	CAMPO BELO DO SUL	7	19	790	0	0	0	1	4	14	0
113	IRANI	2	17	790	0	0	0	0	2	15	0
114	BOMBINHAS	5	17	762	0	1	0	1	0	15	0
115	ANGELINA	6	16	760	0	0	2	0	0	13	1
116	ITAPIRANGA	1	16	760	0	0	0	1	0	15	0
117	URUBICI	7	16	760	0	0	0	1	0	15	0
118	RIO DO CAMPO	4	17	735	0	0	1	2	3	9	2
119	TURVO	8	25	720	0	0	2	10	3	9	1
120	SÃO JOAO DO SUL	8	15	710	0	0	0	1	0	14	0
121	CUNHA PORA	1	18	705	0	0	1	5	0	11	1
122	SALETE	4	13	700	0	0	0	0	0	12	1
123	RODEIO	4	15	660	0	0	0	2	2	10	1
124	TREZE TILIAS	2	12	660	0	0	0	1	0	9	2
125	FAXINAL DOS GUEDES	1	14	655	0	0	1	0	0	13	0
126	CATANDUVAS	2	20	635	0	0	1	8	0	11	0
127	TANGARA	2	15	630	0	0	0	2	3	9	1
128	GRAVATAL	8	19	602	0	1	0	6	2	10	0
129	MAJOR GERCINO	4	12	600	0	0	0	0	0	12	0
130	RANCHO QUEIMADO	6	12	600	0	0	0	0	0	12	0
131	SÃO DOMINGOS	1	16	595	0	0	1	4	0	11	0
132	MELEIRO	8	14	595	0	0	1	2	1	9	1
133	BOM RETIRO	7	12	570	0	0	0	0	1	11	0
134	SÃO LOURENCO DO OESTE	1	15	560	0	0	0	4	1	10	0
135	BALNEARIO BARRA DO SUL	3	12	555	0	0	1	0	0	11	0

136	VITOR MEIRELES	4	12	535	0	0	1	1	1	8	1
137	DIONISIO CERQUEIRA	1	12	525	0	0	1	0	1	10	0
138	AGUAS DE CHAPECO	1	12	510	0	0	0	2	2	7	1
139	ABELARDO LUZ	1	9	510	0	0	2	0	0	4	3
140	PIRATUBA	2	8	480	0	0	0	1	1	3	3
141	SANTA CECILIA	2	14	460	0	0	0	6	0	8	0
142	SÃO BONIFACIO	6	10	455	0	0	1	0	0	9	0
143	JACINTO MACHADO	8	12	450	0	0	0	0	5	7	0
144	ITA	2	10	445	0	0	1	0	2	6	1
145	ANCHIETA	1	10	440	0	0	0	0	2	8	0
146	CAMPO ALEGRE	3	11	430	0	0	0	3	0	8	0
147	JABORA	2	10	422	0	1	0	0	1	8	0
148	AGUAS MORNAS	6	9	420	0	0	0	0	1	8	0
149	CORONEL FREITAS	1	9	410	0	0	0	1	0	8	0
150	MONTE CASTELO	3	9	410	0	0	0	1	0	8	0
151	MONDAI	1	12	405	0	0	1	3	1	7	0
152	PINHEIRO PRETO	2	11	405	0	0	1	1	2	7	0
153	ERVAL VELHO	2	11	400	0	0	2	2	1	5	1
154	MATOS COSTA	2	8	400	0	0	0	1	2	3	2
155	IMBUIA	4	9	390	0	0	0	2	1	5	1
156	NOVA VENEZA	8	11	375	0	0	1	1	3	6	0
157	DESCANSO	1	8	360	0	0	0	1	0	7	0
158	AGRONOMICA	4	7	350	0	0	0	0	0	7	0
159	PONTE SERRADA	1	7	350	0	0	0	0	0	7	0
160	CORDILHEIRA ALTA	1	7	310	0	0	0	1	0	6	0
161	PETROLANDIA	4	7	310	0	0	0	1	0	6	0
162	SÃO CRISTOVAO DO SUL	2	7	305	0	0	1	0	0	6	0
163	MAREMA	1	6	300	0	0	0	0	0	6	0
164	NOVA ERECHIM	1	6	280	0	0	0	3	0	1	2
165	IPUMIRIM	2	6	260	0	0	0	1	0	5	0
166	OTACILIO COSTA	7	6	252	0	1	0	0	0	5	0
167	S.P. DE ALCANTARA	6	5	250	0	0	0	0	0	5	0
168	IBICARE	2	7	240	0	0	0	2	1	4	0
169	SANTA ROSA DE LIMA	8	6	230	0	0	0	1	1	4	0
170	ANITA GARIBALDI	7	7	220	0	0	0	1	3	3	0
171	GRAO PARA	8	6	220	0	0	0	2	0	4	0
172	APIUNA	4	5	210	0	0	0	1	0	4	0
173	BRACO DO TROMBUDO	4	4	200	0	0	0	0	0	4	0
174	PALMA SOLA	1	4	200	0	0	0	0	0	4	0
175	SAO JOSE DO CEDRO	1	3	200	0	0	0	0	0	2	1
176	PEDRAS GRANDES	8	4	190	0	0	0	0	2	1	1
177	ANITAPOLIS	6	4	170	0	0	0	0	1	3	0
178	BOTUVERA	4	4	170	0	0	0	0	1	3	0
179	SAO JOSE DO CERRITO	7	4	170	0	0	0	0	1	3	0
180	CAMPO ERE	1	4	160	0	0	0	1	0	3	0
181	PONTE ALTA DO NORTE	2	4	160	0	0	0	1	0	3	0
182	MAJOR VIEIRA	2	4	155	0	0	1	0	0	3	0

183	SANTA ROSA DO SUL	8	6	150	0	0	0	3	1	2	0
184	MODELO	1	3	150	0	0	0	0	0	3	0
185	MONTE CARLO	2	3	150	0	0	0	0	0	3	0
186	TRES BARRAS	2	3	150	0	0	0	0	0	3	0
187	MARACAJA	8	4	140	0	0	0	0	2	2	0
188	LUZERNA	2	5	130	0	0	0	3	0	2	0
189	AGUA DOCE	2	4	120	0	0	0	2	0	2	0
190	DOUTOR PEDRINHO	4	4	120	0	0	0	2	0	2	0
191	CORREIA PINTO	7	3	120	0	0	0	0	1	2	0
192	RIQUEZA	1	3	120	0	0	0	0	1	2	0
193	VIDAL RAMOS	4	4	115	0	0	1	1	0	2	0
194	VARGEM BONITA	2	3	110	0	0	0	1	0	2	0
195	AURORA	4	2	100	0	0	0	0	0	2	0
196	PONTE ALTA	2	2	100	0	0	0	0	0	2	0
197	SANGAO	8	2	100	0	0	0	0	0	2	0
198	BALN ARROIO DO SILVA	8	1	100	0	0	0	0	0	0	1
199	FREI ROGERIO	2	1	100	0	0	0	0	0	0	1
200	XAVANTINA	2	3	70	0	0	0	2	0	1	0
201	BALNEARIO GAIVOTA	8	2	70	0	0	0	0	1	1	0
202	BOM JARDIM DA SERRA	7	2	70	0	0	0	0	1	1	0
203	CHAPADAO DO LAGEADO	4	2	70	0	0	0	0	1	1	0
204	BELA VISTA DO TOLDO	2	2	60	0	0	0	1	0	1	0
205	QUILOMBO	1	2	60	0	0	0	1	0	1	0
206	SALTO VELOSO	2	2	60	0	0	0	1	0	1	0
207	SAO JOAO DO ITAPERIU	3	2	60	0	0	0	1	0	1	0
208	ABDON BATISTA	2	1	50	0	0	0	0	0	1	0
209	CAXAMBU DO SUL	1	1	50	0	0	0	0	0	1	0
210	DONA EMMA	4	1	50	0	0	0	0	0	1	0
211	IRINEOPOLIS	2	1	50	0	0	0	0	0	1	0
212	LACERDOPOLIS	2	1	50	0	0	0	0	0	1	0
213	MORRO GRANDE	8	1	50	0	0	0	0	0	1	0
214	OURO	2	1	50	0	0	0	0	0	1	0
215	PLANALTO ALEGRE	1	1	50	0	0	0	0	0	1	0
216	PRES CASTELO BRANCO	2	1	50	0	0	0	0	0	1	0
217	RIO FORTUNA	8	1	50	0	0	0	0	0	1	0
218	SANTA HELENA	1	1	50	0	0	0	0	0	1	0
219	SANTA TEREZINHA	4	1	50	0	0	0	0	0	1	0
220	SAO MARTINHO	8	1	50	0	0	0	0	0	1	0
221	TREVISI	8	1	50	0	0	0	0	0	1	0
222	WITMARSUM	4	1	50	0	0	0	0	0	1	0
223	LINDOIA DO SUL	2	2	30	0	0	0	1	1	0	0
224	URUPEMA	7	1	20	0	0	0	0	1	0	0
225	IBIAM	2	1	10	0	0	0	1	0	0	0
226	SERRA ALTA	1	1	10	0	0	0	1	0	0	0
227	VARGEAO	1	1	5	0	0	1	0	0	0	0
-	DEMAIS MUNICÍPIOS	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL			18992	835.480	33	81	609	2.002	1.251	14.288	728